

FLORENCIO SÁNCHEZ

O CAUDILHISMO CRIMINAL NA AMÉRICA DO SUL

TRADUZIDO, COMENTADO E INTERPRETADO



Adentro e Através





Paulo Costa
Falamador
Cajayana
1914

J. Costa

BogoChies Editor
Selo Editorial: Adentro e Através
<https://bogochies.wixsite.com/meusite>
E-mail: bogochies@gmail.com



Editor / Produção editorial e gráfica:
Luiz Antônio Bogo Chies

Tradução:
Maitena Rivas
Luiz Antônio Bogo Chies

Comentários e interpretações:
Marcelo Mayora
Luiz Antônio Bogo Chies

Revisão:
dos tradutores/ dos autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sánchez, Florencio, 1875-1910

O caudilhismo criminal na América do Sul
[livro eletrônico] / Florencio Sánchez ; tradução
Luiz Antônio Bogo Chies , Maitena Rivas. --
Pelotas, RS : Luiz Antônio Bogo Chies, 2022.
PDF.

Título original: El caudillaje criminal en
Sud América

Bibliografia.
ISBN 978-65-00-39245-6

1. América do Sul - Política e governo
2. Brasil - História - Revolução Federalista, 1893-1895
3. Caudilhos - História - Rio Grande do Sul
4. Caudilhos - História - Uruguai
5. Caudilhos - Séc XIX - América Latina
6. Ditadura - Brasil - História
7. Souza, João Francisco Pereira de, 1866-1953
8. Uruguai - História
- I. Chies, Luiz Antônio Bogo.
- II. Rivas, Maitena.
- III. Título.

22-100518

CDD-981.05

Índices para catálogo sistemático:

1. Revolução federalista : Brasil : História 981.05

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Foto página de guarda inicial: João Francisco Pereira de Souza (1913) em sua Charqueada, *Caçapava Paking House*, em Caçapava, São Paulo.

Foto página de guarda final: Sant'Ana do Livramento, vista a partir da Alfândega. Crédito: Photographia "La France", série XXV.



Sumário

Apresentação	7
O caudilhismo criminal na América do Sul	15
- João Francisco	17
- A degola	20
- As revoluções	24
- O caudilho	28
- O acampamento do Cati	32
- Em resumo	36
Comentários e interpretações	37
- Os bárbaros do Cati	39
- O Caudilhismo criminal na América do Sul: uma análise como documento	71
Cronologias	93
Índices remissivos	101

APRESENTAÇÃO

A obra que aqui se apresenta – traduzida, comentada e interpretada em algumas de suas dimensões e temáticas – foi originalmente publicada em 1903. Seu autor, o uruguaio Florencio Sánchez, é, até então, mais um jornalista com pretensões literárias na dramaturgia que, neste mesmo ano, obtém seu primeiro sucesso com uma obra teatral: *M'hijo el doctor*. Desde então o texto *El caudijalle criminal en Sud América* passa a ser mais uma curiosidade em sua biografia do que um documento a ser analisado e explorado em sua relevância quanto a uma época, região e os contextos de formação dos Estados Nacionais sul-americanos.

Nesse sentido, para uma leitura do texto em si, entende-se importante trazer algumas informações preliminares, as quais situem o leitor em termos de tempo, espaço e contextos políticos, bem como do próprio personagem foco em sua inserção nessa configuração.

O período pode ser delimitado como a última década do século XIX. Seu espaço geográfico: a fronteira Brasil-Uruguaio e, mais especificamente, a região das cidades-gêmeas Sant’Ana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguaio). O contexto político: a chamada Revolução Federalista, em seus eventos antecedentes, em seu desenvolvimento e em seu período posterior a uma pacificação, mais formal do que subjetiva.

A Revolução Federalista, que eclode em fevereiro de 1893 no Rio Grande do Sul e se desenvolve até agosto de 1895, avançando também sobre os estados de Santa Catarina e Paraná, caracteriza-se como uma guerra civil entre duas facções que disputam a hegemonia de seus projetos políticos em face da nascente República brasileira, proclamada em 1889 e ainda em consolidação.

Apresentação

Na posição de revolucionários estão os Federalistas, também denominados de Maragatos¹. Como facção que ocupa o poder institucional estão os Republicanos, sob a liderança do Presidente do Estado, Júlio Prates de Castilhos (1860 – 1903). Estes, também chamados de Pica-paus.

A fronteira Brasil-Uruguai foi espaço privilegiado nos conflitos. Não só lideranças Federalistas eram grandes proprietários de terras em ambos os lados da fronteira, mas a própria “causa” que defendiam atendia aos interesses do governo uruguaio que, então, tolerava (ou mesmo favorecia) a presença, organização e trânsito de tropas dessa facção em seu território.

João Francisco Pereira de Souza – o caudilho² em foco no texto de Sánchez – era natural da fronteira. Nasceu em 12 de abril de 1866, numa fazenda localizada no Rincão do Maneco (Sant^a Ana do Livramento), área do território brasileiro que ainda hoje se inclui numa das duas fronteiras contestadas pelo Uruguai.

Desde jovem aderiu à causa da República, participando da fundação do Clube Republicano de Sant^a Ana do Livramento, em 1884.

Sua liderança e disposição de defender a República inclusive através das armas, evidenciada já nos imediatos dias após o 15 de novembro de 1889, fizeram com que se tornasse personagem de relevância e referência para o Partido Republicano naquela fronteira, em especial sob a perspectiva militar.

No período da Revolução Federalista, sempre fiel à facção dos Republicanos, passou a comandar um contingente denominado Corpo Explorador de Cavalaria Ligeira. Sua atuação militar no conflito foi significativa em diversos momentos e decisiva quando da batalha de Campo Osório (24 de junho de 1895), considerada a última daquela guerra civil e na qual foi morto o Almirante Luís Filipe Saldanha da Gama (1846 – 1895).

¹O termo, inicialmente utilizado com conotações pejorativas, faz alusão aos espanhóis de origem na região de Maragateria, muitos dos quais imigraram para a colonização do Uruguai, o que também já demonstra a conexão entre os Federalistas e lideranças do país vizinho.

²Comandante militar e chefe político de grande expressão carismática e extenso âmbito territorial (e até institucional) de atuação (...)(...), que teve muita influência na condução dos destinos dos povos pampeanos, do Prata ao Rio Grande do Sul, durante todo o séc. XIX e até a primeira quarta parte do séc. XX. (SCHLEE, Aldyr Garcia. Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense (2 volumes). Pelotas: Fructos do Paiz, 2019, p. 221)

Com o fim da Revolução, o contingente sob o comando de João Francisco passou e se denominar 2º Corpo de Cavalaria Civil, integrando-se às forças da União. Entretanto, em 1896 foi dispensado e dissolvido.

Por intervenção e atos de Júlio de Castilhos aquele 2º Corpo de Cavalaria Civil deu origem ao 2º Regimento de Cavalaria Provisório, também sob o comando de João Francisco, vinculado à força estadual da Brigada Militar, e com a incumbência de vigiar a zona de fronteira compreendida entre os municípios de Sant'Ana do Livramento e Alegrete.

Por tal trajetória é que Florencio Sánchez, quando se encontra com João Francisco em 1897, relaciona-se com um caudilho ainda em atuação beligerante. A pacificação de 1895, insistimos, foi mais formal do que subjetiva. E isto se comprova pelo fato de que, em 1923, nova Revolução se desenvolve colocando ambas as facções em armas: Maragatos e Pica-paus (então também chamados de Chimangos).

Perspectivas mais detalhadas do contexto que envolve os diferentes tipos de protagonistas do texto compõem tanto a obra de Sánchez, como os conteúdos explorados nos dois artigos que a comentam e interpretam.

Para a realização da tradução de *El caudillaje criminal en Sud América* foram acessadas e utilizadas diferentes edições em espanhol; sobretudo: *Montevideo, Ediciones del Rio de la Plata*, 1962; e, *Paris, Ediciones La Biblioteca Digital*, 2013 (acesso por dispositivo Kindle).

Foram encontradas diferenças na paragrafação das edições, dando-se preferência pela edição de *La Biblioteca Digital*, por se demonstrar mais coerente com o fluxo de leitura.

Não obstante as similitudes e diferenças entre os idiomas espanhol e português, sobretudo quando na forma escrita, buscou-se manter a maior proximidade possível com o estilo adotado por Sánchez, em especial quanto à pontuação.

Dado o contexto ao qual se refere, o texto inclui diferentes termos que expressam um vocabulário regional. Nas situações mais peculiares deste, incluímos notas explicativas.

Também é de se registrar que foi originalmente publicado na Argentina, na revista científica *Archivos de Psiquiatria, Criminología, Medicina Legal y Ciencias Afines*, o que motiva Sánchez a realizar referências a personalidades e situações daquele país.

Todas as notas de rodapé são notas dos tradutores e visam situar melhor o leitor quanto ao significado de alguns termos regionais, personagens históricos mencionados e referências a locais, instituições e situações utilizados por Sánchez.

O principal objetivo desta edição e tradução é dar maior visibilidade – em especial para o leitor brasileiro – do texto *O caudilhismo criminal na América do Sul*, revitalizando-o como fonte e como narrativa que instigue e estimule novos estudos e pesquisas num campo temático que podemos denominar de abordagens históricas e sócio-históricas da violência, do crime e da punição no Cone Sul (Argentina; Brasil; Chile; Paraguai e Uruguai).

Dois artigos inéditos, então, acompanham essa edição na condição de comentários e interpretações.

Em *Os bárbaros do Cati*, Marcelo Mayora realiza as conexões de Sánchez e seu texto com o campo da criminologia. Identifica uma abordagem que se pode chamar de etnográfica (ou quase-etnográfica), bem como a utilização de noções que o situam na “segunda onda” do positivismo criminológico. Prossegue detalhando e analisando aspectos relacionados à organização e dinamização, por parte do militar João Francisco, dos regimentos e tropas sob seu comando, ressaltando que a crítica criminológica do autor uruguaio é dirigida a agentes do sistema penal da época.

O Quartel do Cati, conjunto de instalações edificadas por ele na fronteira Brasil-Uruguaio, ganha destaque em suas qualidades estruturais, na época significativamente modernas sob perspectivas também tecnológicas, para além das peculiares à organização e disciplina de configurações militares.

O tema instigador de Mayora, além da constatação de que João Francisco foi uma agente do sistema penal de sua época, é o dos Corpos Provisórios, isto é, tropas formadas por civis que, militarizadas, engajavam-se nos conflitos bélicos.

No contexto sócio-histórico sul-rio-grandense – o qual é indissociável da própria história de consolidação territorial do Brasil na geopolítica sul-americana – os Corpos Provisórios são expressões das permanências de uma simbiose civil-militar das populações meridionais. Usufruem das peculiaridades dos sul-rio-grandenses forjados tanto numa cultura rústica de produção econômica (vinculada à matança dos rebanhos bovinos que abundavam na região), como na incessante beli-

gerância para fins do estabelecimento de fronteiras das Coroas Coloniais e, depois, dos Estados Nacionais. Para a posteridade e para a contemporaneidade repercutem, sem dúvida, em hábitos³ que encontrarão nas instituições e práticas de controle social e punição os terrenos férteis para serem exercidos, bem como nas próprias sensibilidades sociais que, até hoje, vinculam-se a autoritarismos e microdespotismos.

A partir do Cati, e de João Francisco Pereira de Souza, é esta agenda de pesquisas que o texto de Mayora coloca em pauta.

No segundo comentário e interpretação, *O caudilhismo criminal na América do Sul: uma análise como documento*, Luiz Antônio Bogo Chies utiliza a metodologia da análise documental para abordar a crônica de Sánchez.

Evidencia-se uma obra que não deve ser relegada sob as pechas consignadas por outros comentaristas, os quais situam o dramaturgo uruguaio – em 1903 ainda mais um sarcástico jornalista do que um literato consagrado – no campo do oportunismo, da escrita sensacionalista e da produção textual fantasiosa devido a inverdades e exageros.

Chies conclui que dentre as principais contribuições de Sánchez está o explicitar da ambivalência barbárie-civilização que caracteriza o subcontinente sul-americano e, em especial, a região do Rio da Prata.

O par barbárie-civilização emerge como dilema e paradoxo; enfrenta-lo, não com viés ideológico da superação de um polo em relação ao outro, mas, como chave e ferramenta hermenêutica para os estudos sobre violência, crime e punição nesta região, é uma potência epistemológica que a revitalização do texto/documento de Sánchez pode produzir.

Por fim, esta publicação – na totalidade de seu conteúdo: tradução, comentários e interpretações – envolve um esforço editorial e acadêmico que se pauta pela dialogicidade transdisciplinar e intertemporal: autores, pesquisadores, épocas e perspectivas se congregam numa configuração reflexiva que só se complementarará com vossa leitura, com vossa disposição de se unir na construção de uma comunidade intelectual livre⁴.

³ E cabe se pensar nessa categoria a partir de diferentes matrizes de teorias sociológicas, seja Pierre Bourdieu, seja Norbert Elias, entre outros.

⁴ Nos termos propostos pelo sociólogo Charles Wrigth Mills. MILLS, Charles Wrigth. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, pp. 24-25.

O CAUDILHISMO CRIMINAL NA AMÉRICA DO SUL

(ENSAIO DE PSICOLOGIA)

FLORENCIO SÁNCHEZ

“João Francisco”

Como única lembrança dolorosa das últimas contendidas partidárias da vizinha terra, tem subsistido a das degolas, incêndios, saques e depredações de todo gênero cometidas nas fronteiras rio-grandenses. Acaso se tratasse um simples transbordar da delinquência comum, lógico em circunstâncias tão propícias à impunidade, só restaria esperar que a Justiça ordinária aplicasse sua sanção aos fatos; mas eles têm seu significado excepcional, pois são efeito de hábitos regressivos que florescem ainda naquelas regiões e que convém deixar claro, analisar e julgar em homenagem à cultura dessa América que tanto escurecem e ofendem.

Os jornais têm esboçado algumas crônicas da vida fronteiriça, descrevendo através de relatos espantosos o perfil de um personagem, senhor de vidas e fazendas no Rio Grande, João Francisco, que com o intuito de parecer malvado e sanguinário vai tomando na imaginação popular os contornos de alguns de nossos senhores feudais da Idade Média argentina.

João Francisco, que na realidade se excede a sua reputação, é um simples resultado do ambiente em que atua, encarna os sentimentos, as paixões e as modalidades do meio.

Transplantado a Buenos Aires ou à última província argentina no máximo chegaria a ser um interessante exemplar de delinquente, na fronteira rio-grandense é um senhor feudal.

Quem estas linhas escreve viveu longo tempo naquelas regiões; conviveu com seus homens e observou os costumes, de modo que se considera habilitado para tratar sobre o tema, ao menos com sinceridade, desenvolvendo-o na forma que entende menos monótona: a forma episódica e anedótica.

Vamos, pois, fazer crônica, que pareceria novela acaso não existisse na história do caudilhismo criminal americano um documento tão genial como o *Facundo* de Sarmiento¹.

A parte sul do Rio Grande, compreendida entre Sant'Ana do Livramento e Uruguaiana, oferece um tristíssimo aspecto de atraso e incultura. Está deixada, como se diz, na mão de Deus. Pouco povoada, sem meios fáceis de comunicação, desenvolvendo sua vida econômica pela exploração mais primitiva do gado, na mão de escassos proprietários, seu comércio é em geral a base do contrabando e do abigeato; sem escolas, sem igrejas sequer, sem instituições de nenhuma espécie, salvo a da autoridade a cargo do mais forte e bárbaro, ia, entretanto, evoluindo progressivamente até que sobreveio a revolução de 1893. Três anos de guerra demoliram toda obra de progresso deixando a semente regressiva da antropofagia política.

Sant'Ana é o centro principal de operações de João Francisco. É uma cidade de aspecto colonial, como todas as da província, exceto aquelas em que há gravitado a influência da imigração alemã. Está situada em frente a Rivera, vila uruguiaia², formando quase um só povoado; ambos se diferenciam pela edificação moderna desta última e pelos costumes fundamentalmente opostos.

Seu comércio é forte e nutrido pelo contrabando com o Uruguai, sua sociabilidade precária, e coisa não estranha, existe um espírito mais supersticioso e fetichista que religioso. Há somente uma igreja quase caindo, atendida por um pároco que batiza mais do que realiza missas, e se veste de leigo. Em compensação se fala de política. Antes, quando havia opositores (hoje os que não foram degolados vivem em território oriental ou se instalaram nos grandes centros populacionais), debatiam-se

¹ Refere-se a obra *Facundo: Civilização e Barbárie*, escrita por Domingo Faustino Sarmiento (1811 – 1888) e publicada em 1845. Em tom de denúncia, narra a vida do caudilho argentino Juan Facundo Quiroga (1788 – 1835) e se direciona a também criticar o também caudilho Juan Manuel de Rosas (1793 – 1877), na época governador de Buenos Aires. Sarmiento se tornou presidente da Argentina em 1868.

² No original *población*. Para favorecer a tradução optamos pelo termo vila, haja vista que na época a divisão político-administrativa do Uruguai incluía *pueblos, villas e ciudades*. Rivera é criada em 1862, sob a denominação de *Villa de Ceballos*; em 1867 passa a se chamar *Rivera*; pela Lei 1.757, de 1º de outubro de 1884 é criado o *Departamento de Rivera*, tendo a vila de mesmo nome como sua capital. É elevada de *villa* a *ciudad* pela Lei 4.006 de 10 de junho de 1912. Em 1889 sua população é de 1.000 habitantes; em 1908, 8.986. A população de Sant'Ana do Livramento era, na época, significativamente maior que a de *Rivera*.

os dois bandos. Agora brigam eles sozinhos por preponderâncias pessoais, mas como João Francisco não tarda a dar cabo a essas querelas, logo ficam sem assunto, e então empreendem contra os chefes e oficiais dos batalhões ali destacados pelo governo central do Brasil e empregados de repartições nacionais, como a da alfândega. Recentemente os telegramas nos informavam que a população de Sant'Ana tinha pego em armas pretendendo linchar o chefe da tesouraria, um tal de Fontoura³, quem por sua vez tinha se entrincheirado em seus escritórios. Ignoramos como terminou o conflito, mas assuntos desta índole constituem o pão nosso de cada dia para os bons santanenses. João Francisco é, certamente, o deus dali. “Noli me tangere”⁴.

Que a don⁵ Fulano de tal, suspeito de maragato cortaram a cabeça; que o pardo Cipriano apareceu com os dentes ao sol; A fazenda tal foi assaltada, incendiada e degolados seus habitantes?... A notícia corre como um raio, comenta-se sem regozijo mas também sem indignação, e quando dois amigos se encontram na rua ao comunicar suas impressões:

- Foi a gente do João Francisco! - sussurram, baixando a cabeça. Para falar dessas coisas não se pode levantar muito o pescoço, pois até a atmosfera tem ouvidos.

Há que se fazer notar, não obstante, que por lá não se justificam todos os crimes.

- Para que degolar esse pobre diabo?... Se fosse chefe ou caudilho, menos mal!...

³ O evento se relaciona com Ildefonso Borges Toledo da Fontoura, em 1899 nomeado Inspetor Fiscal das Fronteiras, com atuação na região de Sant'Ana do Livramento. Sua missão envolvia a repressão do contrabando. Entram em choque as duas autoridades: João Francisco considerou que Fontoura interferia em assuntos políticos que eram de sua competência e autoridade.

⁴ Mantivemos a expressão em latim, como no original. A tradução é “não me toques” e se tratam das palavras de Jesus a Maria Madalena quando ela o reconhece após sua ressurreição. O evento é narrado no Evangelho de João (João, 20: 16-18).

⁵ Conforme o *Diccionario de la Real Academia Española*, “tratamento respeitoso que precede os primeiros nomes. Antigamente estava reservado para pessoas de elevada posição social”.

A degola

O costume fez com que se familiarizassem tanto com a degola, que ela constitui a forma única de homicídio e até de suicídio. Se fosse possível fazer uma estatística exata da mortalidade naquelas regiões, teríamos que a maior porcentagem seria por morte violenta e por degola. Certo que a “garrucha” (pistola), usa-se com frequência, mas não é incomum que o sujeito que mata a outro com um balaço o degole em seguida.

Nas disputas não se escuta jamais dizer: “matarei você”, ou “te quebrarei a alma”, senão: “quando o pegue, o degolo”, e acreditamos que até o credor manda uma mensagem assim: “se não me paga, o degolarei”, pois mais de uma vez escutamos recados dessa espécie: “diga ao fulano que deixe de cansar minha paciência com coisa pouca⁶, porque o dia que ele menos esperar, mando degolá-lo”.

O chefe de polícia de Sant’Ana nos contava que cada vez que se cometia um crime e o criminoso era preso, desfilavam pela delegacia dezenas de pessoas lhe pedindo que o preso lhes fosse emprestado por um momento para o degolar!

Obviamente que poucos casos como este ocorreram. Os criminosos, se o delito é muito grave e sabem que é conhecido, fogem para a terra oriental⁷, ou mesmo ficam tão tranquilos ou vão se apresentar como voluntários no regimento de João Francisco; mas por maior que seja o crime, se as vítimas eram desafetos deste, gozam de completa impunidade e até de privilégios.

⁶ No original, uma expressão coloquial na região: *jeringarme la paciencia con el delito*.

⁷ “Terra oriental”, “banda oriental”, “estado oriental”, são referências ao Uruguai, cujo território é assim identificado por se encontrar na margem oriental do Rio Uruguai, motivo, inclusive, de sua denominação oficial ser *República Oriental del Uruguay*.

Os únicos indivíduos que costumam ir para a prisão são os contrários à situação e por pouco tempo, pois não tardam em ser justificados ou “escapar”, como se diz, pelo habitual procedimento da degola.

E se isso ocorre em um centro habitado, pode-se imaginar o que acontece na campanha. No entanto, é tão grande o despovoamento, que na vasta zona dominada por João Francisco, não fica outra gente que não a de seu regimento, cujas patrulhas recorrem constantemente, fazendo retumbar nos pedregais os cascos férreos de seus cavalos serranos. Sobre a fronteira, ranchos de pobres habitados por mulheres e crianças. Nenhum homem. O marido ou o pai se não foi degolado anda em grupos, nos capões da serra, ou emigrado para a banda oriental. Se alguma vez a cria o atrai ao pago, não tarda em amanhecer atravessado pelo caminho, com a cabeça separada do corpo. Seus parentes irão plantar uma cruz no lugar em que o encontraram, mas a primeira patrulha que passe a arrancará para fazer fogo.

No Cati, o acampamento de João Francisco, sabe-se o nome, a filiação e os costumes de cada um dos moradores da serra, e bem pode o infeliz que cai na desgraça ir se preparando⁸. Cedo ou tarde há de cair. Para ele, nem o território uruguaio será refúgio seguro; ao se saber seu paradeiro, não tardará em chegar um emissário de João Francisco para lhe dar uma feroz facada.

E não são os maragatos, os inimigos políticos, os únicos que caem, senão todo aquele que tenha sido desagradável com a hiena⁹ por qualquer circunstância, por lhe ter roubado um cavalo, ou a um amigo, por ter murmurado, por ter tido uma disputa com um soldado, por se emborachar numa pulperia¹⁰, por não pagar uma conta, por ter dado refúgio a um perseguido, por defender a honra de sua china¹¹...

⁸ No original, uma expressão coloquial da região: *ir atándose los calzones*.

⁹ João Francisco, com sua fama de caudilho bárbaro, passa a ser chamado, de modo depreciativo, a Hiena do Cati (região na qual se localizava o quartel dos Corpos e Regimentos que comandou). É consenso entre as fontes consultadas que é Rui Barbosa quem lhe atribui essa denominação (a qual deixará de utilizar após conhecer pessoalmente o General, em 1905). Não localizamos, contudo, o contexto no qual surgiu originalmente. Interessante é se verificar que se atribui a Sánchez um texto anônimo de 1901, publicado na revista *Caras y Caretas* (Buenos Aires), intitulado *Las hazañas de Joao Francisco. El jaguar de Caty*; bem como que o caudilho argentino Juan Facundo Quiroga, ícone da barbárie na obra *Facundo...*, na qual se espelha Sánchez, é conhecido pelo apelido *El Tigre de los llanos*.

¹⁰ Estabelecimento comercial típico das áreas rurais pampeanas.

¹¹ Termo que, na região, refere-se à mulher. Ainda que também possua conotações depreciativas, pode ser usado em relação à mulher querida, amásia, amante ou concubina.

Um dia, viajando com o próprio João Francisco, saiu a nosso encontro uma velha moradora de um rancho e conhecida de nosso homem. Vinha a se queixar de que um sujeito lhe havia feito sabe-se lá o quê, matar um cachorro, nos parece.

- Bem, velhinha; vá tranquila. Vou mandar degola-lo! – respondeu-lhe João Francisco.

E no primeiro destacamento que encontramos foi dada a ordem!... O governo central do Brasil está representado por numerosos batalhões destacados em Livramento, Quaraí e Uruguaiana, as três vilas do feudo medieval de João Francisco.

É curioso o papel que desempenham essas forças obrigadas a se manter neutras, impassíveis, com respeito à autonomia provincial frente a tanto desmando.

E o mais estranho é que vivendo em perpétuo conflito com João Francisco, nada tenham podido fazer para remediar aquela situação. Desses conflitos presenciemos um que não pode ficar no tinteiro. Certa noite, desfrutávamos a brisa sentados na porta de um hotel em Sant’Ana. De repente vemos grupos de gente que fugia em todas direções.

- A leva!... A leva!¹²...

O garçom que nos servia, grita-nos ao passar disparando ao nosso lado:

- Esconda-se moço!.. A leva!...

Nossas boas relações com a situação nos colocavam protegidos de qualquer risco. Quisemos indagar, dar-nos conta do espetáculo. Inútil. O pânico era tão intenso e contagioso, que não demoramos em optar pelo discreto conselho do garçom.

Na manhã seguinte, o capitão Bernardino, um oficial tão chique e tão tenebroso como seu irmão João Francisco, explicava-nos o caso: era a aplicação de uma espécie de lei Varela Ortiz¹³, contra o jogo. João Francisco fazia de quando em quando razias semelhantes, começando pelos gritos, com o qual alcançava o duplo objetivo de remontar seu regimento e combater o câncer do jogo!...

¹² Por “leva”, refere-se à prática, comum na região, de se recrutar (capturando) homens para as tropas militarizadas e regimentos dos caudilhos.

¹³ Refere-se ao Deputado argentino Rufino Varela Ortiz (1863 – 1907), que, em seu país, havia sido autor de um projeto de lei para reprimir os jogos de azar.

Por convite do mesmo capitão presenciamos pouco depois a partida para o Cati dos recrutados naquela noite: uns cento e cinquenta homens de toda condição social e pelagem. Os fez desfilar para escárnio público pelas ruas principais, arrebanhados, sob custódia de uns vinte e cinco lanceiros, que os iam incitando com um assovio peculiar do arredor de rebanhos de gado e às vezes até cutucavam os preguiçosos com o canto da lança.

- Marcha!... Marcha!... Marcha!...

No caminho, de momento em momento, um soldado ampliava a busca metendo seu cavalo por alguma vereda e mais um desgraçado, um incauto transeunte, ia engrossar a tropa. Recordamos que um pintor rengo, com seu chapéu de papel, o balde de tinta em uma mão e a régua na outra, caiu entre os últimos. De repente a estranha comitiva se detém e se aglomera. Soam clarins e tambores e vemos tropas fazendo ostentosa exibição. Pouco depois recrutados e guarda, ratos e gatos, desapareceriam pelo amplo portão do quartel. O que havia ocorrido?

Uma frivolidade: misturado com os prisioneiros ia o chefe do regimento da 5ª cavalaria e ao passar na frente de seu quartel se havia feito reconhecer pela guarda e ordenado a operação que descrevemos. O incidente comoveu ao extremo aos santanenses, foi como um *sometén*¹⁴ da novela pública. Durante a noite estava declarado o estado de guerra entre os representantes do governo central do Brasil e João Francisco e ao amanhecer do dia seguinte os batalhões federais haviam posicionado suas linhas e as avançadas do regimento de João Francisco coroavam as alturas dominantes da cidade.

Mas, felizmente, só o telégrafo foi usado. Soubemos mais tarde que João Francisco, conhecendo os interesses pelo jogo do aludido chefe, seu inimigo, havia ordenado a razia com o objetivo de dar-lhe um mau momento¹⁵.

¹⁴ O termo se refere, no contexto, a um grito de guerra. Tem origem em milícias – chamadas de *Somatén* – que, em geral na Catalunha (Espanha), eram organizadas para colaborar na segurança das comunidades (*pueblos* e *villas*, por exemplo).

¹⁵ Este é um evento a respeito do qual pesam críticas acerca da confiabilidade das narrativas de Sánchez. Ocorreu em setembro de 1896 e se relaciona com as divergências existentes entre João Francisco e Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto, então comandante do citado 5º Regimento de Cavalaria. Relatos mais fidedignos registram que Menna Barreto não se encontrava dentre os “prisioneiros da leva”, mas sim que, por se opor à ilegalidade do recrutamento forçado, ordenou que o major João José da Luz atuasse de forma a colocar em liberdade os presos.

As revoluções

Dissemos que a revolução rio-grandense de 1893 acabou com os escassos progressos de cultura e civilização daquelas zonas. Acreditamos que não exista na história da América precedentes de uma guerra civil mais implacavelmente sanguinária e bárbara. Chegaram até aqui arrepiantes relatos de degolas, estupros, incêndios, massacres de prisioneiros, mas é necessário atravessar as zonas devastadas daquela província, com o fim da guerra, e ter ouvido aos protagonistas da grande tragédia, emocionados ainda, relatar suas cenas, para se dar conta exata do que ali havia acontecido. Gostaríamos de traçar como exemplo útil às constatações desta crônica, uma síntese daqueles selvagerismos, mas tememos que não nos bastem todas as páginas desta revista.

Que se supra então a imaginação pública exumando suas lembranças mais lúgubres a respeito, sem excluir a das depredações macedônicas de todo tempo. A lembrança do combate do Rio Negro, em que trezentos prisioneiros foram encerrados em um curral de pedra de onde foram tirados um a um, a laço, para lhes desjarretar e lhes degolar como gado¹⁶, é um dos episódios de menor quantia, assim como escassa importância tem em relação às demais heresias, o fato de que a um jovem revolucionário lhes fizera comer carne assada de seu próprio pai.

João Francisco, sempre ele, foi a figura excepcional da fronteira nessa guerra. À frente de uma força pouco numerosa, jamais quis se afastar da fronteira, fazendo campanha própria durante os três anos de guerra, sobre uma área de mais de 600 léguas. Foi hábil e previsora sua resolução.

¹⁶ Referência ao episódio ocorrido em 28 de novembro de 1893, nas proximidades da estação ferroviária do Rio Negro, em território do município de Bagé e atualmente município de Hulha Negra, quando, após rendição dos Republicanos aos Federalistas, prisioneiros – dentre os quais o caudilho Manuel (Maneco) Pedroso, de Piratini – foram degolados. Sánchez repercute o número de mortos divulgado pelos Republicanos, mas, até hoje, não existe certeza sobre os números exatos, os quais, nas variadas versões do evento, situam-se entre um mínimo de 23 e um máximo de 300 degolados.

O caudilhismo criminal na América do Sul

- Os revolucionários derrotados no interior terão que se aproximar à fronteira oriental para se restabelecer e aqui... eu os submeto em minha lança!, - dizia. E se houve algum erro foi com a lança, pois o que submeteu aos insurgentes foi a sua faca e a de seus milicos.

Com as alternâncias lógicas correu de vitória em vitória; melhor dito, de carniceria em carniceria, e ao fim da revolução pode mandar ao governador Castilhos¹⁷, a parte memorável de Varsóvia¹⁸: na região não ficava mais bicho vivente nem mais casa em pé que não ele com seus insurgentes.

Saldanha da Gama¹⁹ com seus trezentos homens, gente de todo mar, e um brilhante estado maior de oficiais e aspirantes do pelotão, a pé, sem meio algum de mobilidade, ainda que com bastante armas e munições, fortificou-se sobre um platô apoiando suas trincheiras na costa mesmo do rio Quaraí, linha divisória, em previsão de desastre. Abasteciam com víveres o acampamento uns cinquenta gaúchos, a mando do comandante Chico Rivero, uma brava lança.

João Francisco, observava os movimentos da força invasora e a havia deixado atuar temendo que um ataque antes do tempo lhe fizesse perder a presa; quando supôs que os inimigos que estavam em condições de se fazerem fortes, decidiu golpeá-los. A operação foi de uma simplicidade terrível. Ordenou a seus homens, uns seiscentos, que avançassem até as trincheiras, montados a trote e fazendo fogo. Aquilo era um descalabro. Os marinheiros de Saldanha aniquilavam impunemente aos loucos, mas o avanço seguia. De repente os clarins de Saldanha soam o toque de Diana²⁰; o inimigo que havia chegando a uns cinquenta metros

¹⁷ Júlio Prates de Castilhos (1860 – 1903), um dos fundadores do Partido Republicano no Rio Grande do Sul, foi presidente da Província entre 1891 e 1898.

¹⁸ É provável que aqui Sánchez tenha feito uma metáfora que se refere às conquistas e estratégias político-militares de Napoleão Bonaparte, em especial com a criação do Ducado de Varsóvia, em 1807, através do segundo Tratado de Tilsit. Tal Ducado, sob significativo controle francês, foi importante fonte de tropas e receitas em várias campanhas posteriores de Napoleão. O Quartel do Cati cumpriu funções semelhantes, sobretudo com o envio periódico de “recrutados forçados” à capital do Rio Grande do Sul.

¹⁹ Luís Felipe Saldanha da Gama (1846 – 1895) era Almirante da Marinha. Lutou no lado Maragato da Revolução. Em abril de 1895 deu início ao que se chama de terceira invasão. Em 24 de junho, na batalha de Campo Osório, é derrotado e morto por tropas comandadas por João Francisco. As circunstâncias de sua morte e versões acerca de mutilações em seu corpo contribuíram para a fama de sanguinário de João Francisco.

²⁰ Toque militar que desperta as tropas.

das trincheiras, retrocedia em evidente desmoralização. Chico Rivero se lança então com sua cavalaria a consumir a derrota.

- Volver e espada em mão! – bradaram os oficiais de João Francisco. E aos poucos segundos se produziu um infernal entrevero sobre o próprio acampamento de Saldanha. João Francisco havia previsto, com a intuição de quem foi temperado pela guerra gaúcha, a saída do impetuoso chefe de lanceiros. Sua tática era provocá-lo e depois batê-lo, aproveitando os momentos em que o inimigo não podia fazer fogo, para cair como tromba d'água sobre o campo fortificado.

- Não ficou ninguém! - nos dizia o major Tambeiro²¹, nosso cicero-
ne em uma excursão recente ao local do evento. O major Tambeiro foi o matador glorioso de Saldanha.

Sentados sobre uma das trincheiras, ainda em pé, acerca dos miseráveis vencidos nos narrou o episódio com a mais estudada modéstia. Durante o entrevero saiu a perseguir um homem muito maturrango²² que galopava em cavalo de raça em direção ao Estado Oriental.

- Respeite-me! Sou o Almirante Saldanha!, - gritou o fugitivo ao senti-lo perto.

- Esses são os que eu gosto!, disse-lhe -, e o levantei em peso com minha lança.

Na realidade não acreditou que fosse Saldanha. Se soubesse, o pegava vivo, porque estava desarmado e levava um braço no cabresto, e certamente que teria tirado maior proveito.

Sobre o campo ficaram insepultos todos os cadáveres. Hoje ainda se veem branquear centenas de ossadas.

- Mas ninguém se rendeu?

- Não houve tempo. Quando nos demos conta não restava ninguém vivo. A gurizada estava enfurecida com os marinheiros. Veja que linda fatia!, - se interrompeu, levantando do chão um crânio que tinha a parte posterior quebrada, indubitavelmente de um só golpe de sabre!

Nos contou depois este episódio:

“A tropa se entregou ao carcheio²³, e como todos os cadáveres ficaram nus, foi impossível reconhecer o do almirante. Por sorte, o coman-

²¹ Trata-se de Salvador Lourenço de Senna, na época dos fatos capitão.

²² Alguém que não é hábil em montar cavalos.

²³ Furto dos pertences do adversário vencido ou morto.

dante João Francisco tinha dois prisioneiros, dois aspirantes - pobrezi-nhos! - muito jovens, que choravam como crianças. A eles pediu que o indicassem, mas as horas passavam e o almirante não era encontrado. Ameaçou-se degolá-los se não indicassem logo, compreendendo que não queriam entregar o corpo de seu chefe; então um deles indicou um morto.

“- É este, - disse.

“Alguns sinais coincidiam mas nos demos conta, pelas mãos gros-sas, a deformidade dos pés e a falta de limpeza do corpo, que nos mentia.

“João Francisco o fez degolar na presença do companheiro por tê-lo enganado.

“O outro jovem, intimidado, indicou-nos o cadáver, mas João Francisco fez com que lhe cortassem a cabeça no ato, por covarde!

“O corpo de Saldanha, horrivelmente mutilado, foi envolto em um couro fresco e mantido longo tempo como troféu para o vencedor, até que seus amigos puderam lhe dar uma sepultura piedosa no cemitério de Rivera, população oriental.”

E entre o acúmulo de episódios tão horrendos que conhecemos, escutados dos próprios atores da tragédia, escolhemos o seguinte, que fecha sinistramente o relato.

João Francisco teve a tétrica voluptuosidade de manter sua gente acampada sobre o mesmo acampamento de Saldanha todo o tempo em que os miasmas o permitiram. Fazia com o objetivo de familiarizar a tropa com o espetáculo da morte, e de tal maneira conseguiu seu objetivo que nesses dias a milicada se entreteve em desossar os cadáveres para trançar com pele humana manecas e grampos do apero, peças muito estimadas naquelas regiões, que se exibem como testemunho de valor e que alguns supersticiosos conservam como amuleto contra as balas!

E jamais esqueceremos a impressão que nos causou escutar aos oficiais de João Francisco relatar entre gargalhadas, como se divertiram os milicos fazendo seus companheiros mais sonsos provar a carne assada dos defuntos, ou descrever a macabra disparada dos cavalos do acampamento arrastando os cadáveres que haviam servido de estacas aos soldados para mantê-los presos!

O caudilho

Terás imaginado, sem dúvidas, um índio alto, teimoso, cabeludo, com a cara cheia de talhos, pústulas e cicatrizes, e senão vesgo, caolho. Sua fama, sua trágica reputação tantas vezes exagerada, parece não admitir outra fisionomia nem outra encarnação que não a consagrada nas mentes pelas vulgarizações do lombrosianismo, e tamanha é nossa certeza de que verdadeiramente se produziu este juízo entre o público, que temos, ao concluir o relato do grande vândalo rio-grandense, gritem-nos: Mentira! falsidade!

Dir-se-á: não pode ser jovem, nem bem afeiçoado, nem fino, nem elegante, nem culto, nem amável, nem espiritual, semelhante velhaco! Contudo, não temos mais remédio que resignarmos de conceder a João Francisco Pereira de Souza, a atenuante de certos atrativos físicos e morais. Como é, em resumo?

Imaginem ao coronel Ricchieri²⁴, ou a qualquer outro militar nosso tão arrogante mas mais esbelto, que use como ele a barba e cavanhaque negros, apesar de que mais discretamente proporcionais; que vista uniformes modernos com mundana desenvoltura; nem muito alto nem muito baixo; de gesto tranquilo; graduado pela expressão sorridente, um tanto adúladora, dos lábios; nariz perfeitamente desenhado; olhos muito negros, que olham curiosamente através de cílios que se diriam “delineados” por um Moussion qualquer²⁵; um pouco mais afeminado, supondo-lhe mãos pequenas, suaves, devotamente cuidadas, e, na pele,

²⁴ Provavelmente uma referência ao Coronel argentino Pablo Ricchieri (1859 – 1936).

²⁵ No original: *unas pestanas que se dirían “crayonadas” por un Moussion cualquiera*. A alusão é a traços fisionômicos próximos a uma maquiagem, uma vez que se refere a um dos elegantes estabelecimentos comerciais de *Buenos Aires* na época: a *Casa Moussion*, fundada em 1885, especializada em perfumarias, produtos de beleza, tecidos, rendas, etc...

com pigmentações de mulher ruborizada e, toque mais ou menos, terá aí o caudilho em pintura.

Complementam estas exterioridades, a mais correta desenvoltura de modos, a força e a pulcritude da dicção, amoldada a voz às branduras do idioma português, tão melodioso.

Não é falador, mas não faz com que lhe tirem as palavras com um saca-rolhas. Expressa-se como pessoa de bom tom, simples, agradável, fluidamente, apesar de que às vezes incursione por sua conversação o orador um pouco extravagante que todos os brasileiros levam dentro de si, e até o erudito, traduzido em citações não sempre vulgares.

Para consolo do leitor, que já irá supor que temos intenções de abusar de sua credulidade com este panegírico sobre as qualidades pessoais do sujeito, anotaremos uma falha que não mencionamos ainda, porque tampouco a percebemos à primeira vista: o olhar do homem, o olhar, síntese de paixões e sentimentos.

A lenda atribui a todas as grandes pessoas que a humanidade há tido em forma de conquistadores, aventureiros, políticos, gênios da guerra, tiranos de povos e assassinos soltos, a característica do olhar: agudo, incisivo, aferroado, frio, sórdido, escrutador, de águia enfim. As pobres águias podem ficar tranquilas desta vez. João Francisco não tem olhar de águia. Só deve ter o olhar de João Francisco o de alguma fabulosa ave de rapina; e dizemos deve, porque, em realidade não pudemos ver bem: cada vez que nos olhou, desde dentro de seus olhos, nós baixamos os nossos, sentindo a pele arrepiada e não poucas tentações de levar a mão ao pescoço. Se diria que olha com o fio de um facão.

Não tem biografia, precisamente. Nenhuma escola, nenhuma academia, nenhuma Saint-Cyr²⁶ há colocado nas fronteiras brasileiras este estranho militar. Um gauchinho astuto, ladrão²⁷, oficial de preboste²⁸, justiça de partido, tropeiro de votos eleitorais, contrabandista, chefe de gavilha; não se conhece sequer sua nacionalidade exata, pois há quem

²⁶ Referência à Escola Militar Especial de Saint-Cyr, principal academia militar francesa, fundada em 1802.

²⁷ No original *merodeador*, que, segundo o *Diccionario de la Real Academia Española*, como termo militar se diz do soldado que se aparta da tropa na qual marcha, para ver o que pode roubar das casas e dos campos.

²⁸ Preboste, originalmente, refere-se a um agente do senhor feudal ou do Rei, encarregado de ministrar justiça e gerir a propriedade que lhe era confiada.

assegure que é uruguaio e sustente a certeza desta afirmação no fato de seus pais terem estado e se encontrarem radicados em terra oriental. Ademais, é comum que os filhos de brasileiros nascidos no Uruguai, próximo das fronteiras, considerem-se brasileiros, acaso seus genitores não os tenham nacionalizado, batizando-os no Brasil.

A celebridade João Francisco data de seu primeiro crime de ressonância. No ano de 95, se mal não recordamos, era um capitão²⁹ de partida; invadindo o território uruguaio fez degolar dois guardas aduaneiros dessa nacionalidade, um deles o tenente Cardozo³⁰. O atentado teve estrepitosas repercussões: Montevideú se indignou; sua juventude, em algarada patriota, lançou-se às ruas e assaltou a legação brasileira; funcionaram ativamente as chancelarias e ocorreu o de sempre. Apesar de todas as promessas diplomáticas, João Francisco continuou em seu posto, fazendo méritos para consolidar sua fama que a justa indignação dos uruguaiois havia feito chegar aos limites do sinistro e repugnante. Aquele jacobino Júlio de Castilhos sentia que estava em perigo sua estada à frente do governo do Rio Grande e necessitava manter em armas esse homem de ação que começava a dar boas provas de sua audácia e coragem. Seu acerto é provado pela sua atuação excepcional nos eventos revolucionários, na forma tão sobressalente que temos relatado já.

Onde, e quando adquiriu sua cultura militar? Mistério. O fato é que se o mais avançado de nossos militares passe em revista hoje o regimento de João Francisco, nada terá para reprovar no que se refere a organização, disciplina e aproveitamento científico.

O efetivo ordinário de sua tropa é de oitocentos homens, e se deve fazer notar a particularidade de que por mais que a arma seja a cava-

²⁹ No original *capitanejo*. No contexto, pode-se compreender como depreciativo, uma vez que, conforme o *Diccionario de la Real Academia Española*, na região do Rio da Prata se utilizava para referir um caudilho que está subordinado a outro que lhe é superior.

³⁰ Sánchez se equivoca na data. Os fatos ocorrem em 23 de agosto de 1893, não obstante a imprensa uruguaia os tenha noticiado como sucedidos em 25 de agosto (data comemorativa da independência daquele país, o que os tornaram alvo de reações ainda mais passionais). É reconhecido que os comandados de João Francisco e seu irmão, Bernardino Pereira, não apenas invadiram o território uruguaio, mas, também, cometeram violências, tais como as mortes de um Tenente do Regimento 4 de Cavalaria do Uruguai, Silvestre Cardozo, e de um funcionário da Aduana, Medardo González. O governo brasileiro foi demandado pelo governo do Uruguai; indenizou às famílias destas duas vítimas. Em inquérito, João Francisco e seu irmão foram considerados sem responsabilidade direta pelo “excesso incontrolado dos invasores”.

O caudilhismo criminal na América do Sul

laria, os oitocentos homens formariam sem dificuldades como infantes, movimentando-se corretamente, e seriam capazes de substituir ao mais experiente regimento de sapadores. João Francisco conseguiu a mais alta expressão do automatismo em seus soldados.

O acampamento do Cati

Todo o sul do Rio Grande é extremamente acidentado. Entre abruptas serras, próximas ao Quaraí divisório, em uma profunda e ampla baixada está situado o quartel e campo de manobra de João Francisco, o famoso Cati.

De longe é um povoado, ou melhor uma toleria³¹, pois rodeiam as repartições do quartel, todas de palha e adobe, construídas pela própria tropa, centenas de ranchinhos que servem de moradia para as famílias dos soldados. A vida militar é a de todos os quartéis, com a única diferença de que o soldado franco não o abandona nunca. Sob o ponto de vista pitoresco, bastante e muito lindo se poderia contar, mas não é o caso.

Falemos do milico. Invariavelmente jovem, forte; bruto para outra coisa que não seja o serviço e a compreensão da disciplina, já que para estar onde está lhe é necessário renunciar para sempre a sua individualidade e sabe que à menor falta lhe custa a vida; inconsciente desde logo, e de sentimentos, imagine que ignorância! Foi ao quartel, guri ainda, capturado pela leva; ou se não voluntariamente, depois de ter degolado, pelo menos, uma família, com crianças e tudo, o que lhe dá o título mais eficaz de engajamento.

Estes são os únicos voluntários do regimento. Frugal e sóbrio, só bebe cachaça quando está muito longe da visita de seus superiores, certo então de que não o vão desconjuntar numa estaqueadura³²; seu espírito de com-

³¹ Para o contexto pampeano, uma toleria – conjunto de barracas, de toldos – é via de regra associada aos conjuntos de habitações primitivas dos povos originários e nômades. No contexto, o termo é usado de forma depreciativa.

³² Antigo e terrível suplício, também chamado de estaqueada – que consistia em deixar alguém preso rente ao chão, de barriga para cima, com cada uma das pernas e cada um dos braços repuxados ao máximo por correias amarradas em estacas. (SCHLEE, Aldyr Garcia. Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense. Pelotas : Fructos do Paiz, 2019, p. 400).

panheirismo é depurado; não briga com seus congêneres, nem lhes furta nada, pois o único que a disciplina permite roubar impunemente é a china. Qualquer dos oitocentos soldados entra nesses delineamentos: são todos iguais.

Como a vida no Cati nos pareceu monótona, um oficial nos tirou a dúvida, dizendo-nos que quando a atividade militar não os ocupava muito tempo, entretinham-se em aplicar todos os *castigos en cartera*³³; entre estaquear a um ou bater em outro transcorria mais agradavelmente o tempo.

- Veja, temos um negro estaqueado porque roubou o violão de um companheiro. Quer vê-lo?

Ali estava, como um sapo de barriga para cima, suspenso entre as quatro estacas pelas guascas³⁴ apertadas a seus membros. Nos olhou sorrindo:

- Peça por mim, seu tenente! - suplicou.

- Vou ter dar, negro do diabo, roubar violões!..., - e tendo sondado a tensão das amarras chamou o cabo executor. Estique mais esta primeira, que está baixa!... E agora esta bordona!...³⁵ Haha!... - Os ossos do negro rugiram. O oficial, depois de ter ameaçado o cabo por ter afinado tão mal aquele violão, voltou-se em direção a nós satisfeito e como convidando-nos a celebrar sua delicada espirosidade.

João Francisco não reside no quartel, mas na sua estância, que fica nas imediações, onde tem sua família. Montou uma máquina de extermínio, já a provou bem e a mantém melhor; enquanto não chegue o momento de fazê-la funcionar - por mais que sempre tenha em ação alguma de suas atividades -, nada fica por fazer com ela. A visita e a examina de quando em quando, com ternura de um autor satisfeito.

Na estância vive tranquilamente, sem maiores preocupações, dormindo entre as mornas afeições do lar. Seus ócios mata com a leitura.

³³ Optamos por deixar a expressão *castigos en cartera* no original, pois se trata de uma noção jurídica e contábil que diz respeito a um crédito que se reconhece como não mais possível de ser cobrado. No contexto, pode-se entender como aplicar reprimendas/sanções/castigos àqueles membros da tropa que são considerados indisciplinados e sem significativa expectativa de assim se tornarem.

³⁴ Tira de couro cru utilizada geralmente como corda ou correia, rédea ou látigo.

³⁵ As três cordas que possuem o som mais baixo de um violão,

Proveu-se de uma boa biblioteca e lê, lê com avidez, assimilando tudo com a estupenda facilidade que delata sua cultura tão rapidamente elaborada.

Numa noite lê um relato de uma brilhante operação militar e na manhã seguinte a reproduz com suas tropas no lugar mais oportuno, custe o que custar, bem pode lhe ocorrer representar a baixada de Waterloo sem que tenha escrúpulos em deslocar trezentos soldados na baranca mais próxima.

Após voltar para sua casa, se estenderá em um divã, acenderá um charuto e se colocará a elucidar se as cavalarias francesas teriam podido fazer isto ou aquilo.

A política provincial ou nacional brasileira o inquietam pouco: a segue, analisa os eventos sem maior paixão e sempre na expectativa, confiando em que seu grande amigo, o doutor Júlio de Castilhos, governador de fato do Rio Grande³⁶, proverá para ele e lhe dirá o que tiver que fazer. De sua parte, seguidamente envia a Castilhos a invariável informação, indubitavelmente recolhida nos cemitérios: “os inimigos seguem tranquilos, não se moveram”. Tampouco lhe preocupam seus negócios pessoais: são eternamente prósperos; nem as repercussões de suas barbaridades, que o fazem sorrir desdenhosamente; nem os eternos conflitos de suas tropas com as forças federais destacadas na região. Poderia tirá-lo de juízo uma opinião como esta sobre sua personalidade, mas só para se lamentar de que a distância o impeça de nos mandar degolar através do negro Conceição, seu sargento de ordens e executor de excepcionais comissões, algo assim como o facão de gala de seu vasto arsenal.

Nem a satisfação de denunciar nesse homem noites atormentadas pela insônia ou pelo pesadelo terrorífico, podemos ter na revanche de suas sinistras atividades! Suas centenas de vítimas não acodem a sua mente em macabras rondas balbuciando vingança pelos sangrentos talhos no pescoço!... Não sonha com punhais nem com bombas, nem an-

³⁶ Em 1903, quando da publicação original do texto, a presidência do estado do Rio Grande do Sul era exercida pelo Republicano Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863 - 1961). Entretanto, até a morte de Júlio de Castilhos, em 24 de outubro de 1903, dizia-se que Borges de Medeiros apenas seguia os desejos e comandos de seu antecessor.

O caudilhismo criminal na América do Sul

gústias. Dorme como um bendito, e até ronca. Tampouco teme que o matem como seu rival o “grande doente do Oriente”³⁷. Já o encontramos sem escolta, viajando entre escabrosas serras, tão confiante...

João Francisco é devoto. E sabe qual é sua religião? Certo dia lhe perguntamos:

- Minhas crenças? Sou positivista; pertenço a religião da humanidade!

³⁷ Sánchez deve ter utilizado essa expressão a partir da que foi originalmente creditada ao Czar russo Nicolau I em relação ao já decadente império Otomano: “O homem doente da Europa.” Dada a alusão que no texto faz ao livro *Facundo...* também é de se supor que esteja se referindo ao caudilho Juan Facundo Quiroga, na perspectiva de rivalizar com ele em barbáries, pois Quiroga foi assassinado em 16 de fevereiro de 1835.

Em resumo

O que aspira? Quais são seus projetos? É um voluptuoso, um refinado cultor da morte, simplesmente?

Estamos sem informação a este respeito. Nada conseguimos adivinhar. Quiçá... o último, quiçá um caso de misticismo político, quiçá – tudo cabe no terreno das conjecturas – trate-se de um megalomaniaco acariciando em seus devaneios a ideia de um futuro império sobre os homens e as coisas de sua terra, cuja realização espera como um predestinado, quiçá, e vontade nos dá de optar por isto: não seja nada mais que um grande vândalo com aspirações reduzidas a uma simples preponderância no pago.

O que é inegável, como a afronta que para a cultura americana representa sua atuação no Rio Grande, é que enquanto lhe deixam asas, subsistirá com ele um grande perigo para a civilização.

**COMENTÁRIOS
E INTERPRETAÇÕES**

Os bárbaros do Cati

Marcelo Mayora

Os heróis, imortais de quarto de hora, destinados à suprema consagração de uma placa à esquina das ruas, entravam, surpreendidos e de repente pela história dentro, aos encontrões, como intrusos desapontados, sem que se pudesse saber se eram bandidos ou santos, envoltos de panegíricos e convícios, surgindo entre ditirambos ferventes, ironias diabólicas e invectivas despiedadas, da sangueira do Inhaduí, da chacina de Campo Osório, do cerco memorável da Lapa, dos barrocais do Pico do Diabo, ou do platonismo marcial de Itararé.

Os sertões, Euclides da Cunha.

1. Introdução

O texto que o leitor encontrará traduzido, comentado e interpretado neste livro se propõe a tratar do “caudilhismo criminal na América do Sul” a partir da crônica acerca de um personagem que o autor considera representante deste “tipo de criminoso”: João Francisco Pereira de Souza, a *Hiena* ou o *Jaguar do Cati*.

Já no início, Florencio Sánchez apresenta o tema, o método e a forma do “ensaio de psicologia”, além dos conceitos próprios dos saberes sobre a questão criminal que circulavam a época do texto, publicado em 1903. Explica Sanchez que a dimensão empírica do ensaio foi constituída pela observação de quem viveu no lugar, conviveu com as pessoas e reparou nos seus costumes. Trata-se de uma escrita que podemos chamar de etnográfica (ou quase-etnográfica), comum aos relatos de viajantes, derivados de suas andanças, que geralmente destacam aspectos relacionados à violência criminal e punitiva. Para “tornar o texto me-

nos monótono”, o autor esclarece que vai redigir uma crônica na forma episódica e anedótica. A dimensão teórica desfila também desde o começo: Sanchez liga os delitos do bando do Cati a “hábitos regressivos”, bárbaros, e argumenta que tais significam ameaça à civilização; narra que João Francisco não tem a “fisionomia consagrada nas mentes pelas vulgarizações do lombrosionismo”; e posiciona-se pela ideia, própria da “segunda onda” do positivismo criminológico, que “João Francisco é o resultado do ambiente em que atua”.

Sánchez era um dramaturgo uruguaio que não estava alheio ao debate criminológico. Não apenas em razão de suas ligações pessoais com José Ingenieros (ambos eram amigos e conviviam no mesmo círculo intelectual), mas também diante da tradição literária em torno da qual escreveu sua obra posterior, o realismo e o naturalismo, perspectivas que se desenvolveram, na Europa e na América do Sul, a partir dos mesmos pressupostos da “escola positiva de direito penal”. Além disso, como informa o texto de Chies, Sánchez trabalhou na Oficina de Estatística e Antropometria de La Plata (AR), onde teve contato com criminalizados (2022, p 76), e também, provavelmente, com os criminologistas que atuavam em tal instituição. O certo é que o ensaio de Sánchez inscreve-se em um contexto em que textos deste tipo, que estudavam “figuras criminais” que alcançavam a fama, não eram incomuns.

Aliás, João Francisco também não passou despercebido na literatura criminológica brasileira. Em *O crime e os criminosos na literatura brasileira*, escrito na década de 30 do século XX, Lemos Britto - ao corroborar a conhecida afirmação de Roberto Lyra de que Euclides da Cunha foi o fundador de “nossa sociologia criminal” - refere que no clássico *Os sertões*, “o jagunço, o garimpeiro, o contrabandista, o coiteiro, o cangaceiro, o capanga, o curandeiro, o beato, o caudilho, todos os tipos criminais do norte e do sul, incluindo o *gaúcho malo* a que se referia *Sarmiento*, passam aos olhos do leitor magistralmente fixados, com o predomínio natural, que lhes dá, dos fatores sociológicos” (1946, p. 106). O caudilho e o *gaúcho malo* aparecem aqui ao lado dos jagunços e dos cangaceiros, na mesma empreitada de compreensão do banditismo rural, do sertão e do pampa. Na obra de Lemos Britto o próprio João Francisco aparecerá, na seção em que o autor trata dos crimes sociais e políticos e do “apelo à força para resolver as rixas dos chefes de partido” no Rio Grande do

Sul (1946, p. 138). Lemos Britto cita a obra *Os Escândalos da Primeira República*, em que o historiador Assis Cintra falava da degola e dizia que durante o mandato presidencial de Floriano Peixoto, “no Sul os Jucas Tigres e os Joãos Franciscos criavam tragédias apavorantes” (1946, p. 138). Por último, o criminologista carioca refere que Assis Cintra reproduz em seu livro a narrativa de “um médico uruguaio, o Dr. Florencio Sánchez, e publicada nos Arquivos de Psiquiatria, de Buenos Aires, em 1898” (1946, p. 138). Na sequência transcreve trecho do texto que aqui traduzimos. Sánchez, sabemos, não era médico.

Então, em *O caudilhismo criminal na América Latina*, encontramos um ensaio criminológico constituído por um estudo de caso sobre o caudilho João Francisco e o contexto em que atuava: o quartel do Cati, na divisa entre Sant’Ana do Livramento e Quaraí, a fronteira do Brasil com o Uruguai e o pampa, na transição entre os séculos XIX e XX. Nesse ambiente viveram a *Hiena do Cati*, seus comandados, seus cor-religionários, seus inimigos e suas vítimas. Pelas planícies fronteiriças pelearam, carnearam, degolaram, debateram e escreveram a história.

Quem é João Francisco, questiona Sánchez: um voluptuoso, um refinado cultor da morte, um caso de misticismo político, “um megalomaníaco acariciando em seus devaneios a ideia de um futuro império sobre os homens e as coisas de sua terra” ou “um grande vândalo com aspirações reduzidas a uma simples preponderância no pago”?

Muito já se escreveu sobre João Francisco Pereira de Souza, tanto durante o período em que se desenrolaram os acontecimentos de sua vida, quanto posteriormente, no campo historiográfico. Acusado por seus feitos - muitos ilegais e brutais - desde o início da carreira miliciano-policial-militar, João Francisco teve a oportunidade de advogar em causa própria, de modo que deixou por escrito sua versão dos fatos. Nesse sentido, o leitor interessado deverá garimpar: O livro *Os crimes da ditadura*, publicado em 1902, que consiste em compilação organizada pelos *maragatos* Rafael Cabeda e Rodolpho Costa de testemunhos enviados ao jornal *O Maragato*, que era editado em Rivera/UY, sobre “crimes praticados por agentes e indivíduos ligados ao situacionismo estadual” (CABEDA, 2002, p. 14). O livro foi reeditado em 2002, em fino trabalho de Axt, Cabeda e Seelig, que nos textos de apresentação contextualizam a obra, na qual constam diversas denúncias contra João Francisco e os

militares-provisórios do Cati; *Defesa do Coronel João Francisco Pereira de Souza. Sua atuação na política desde 1889 a 1903*, escrito por Arthur Lara Ulrich e publicado em 1903. O escrito foi encomendado por João Francisco ao publicista Arthur Ulrich e consiste “essencialmente em uma réplica a Florencio Sánchez”, na qual, a partir de documentação, a trajetória de João Francisco “de 1889 a 1903 era sistematizada” (AXT, 2021, p. 69). Segundo Axt, “ao que se sabe hoje, Ulrich doura a pílula em quase tudo, o que não estranha em uma biografia apologética, mas não se afasta da verdade ao repelir algumas das mais sinistras increpações de Sánchez” (2021, p. 69); *O Coronel João Francisco*, artigo publicado por Coelho Neto na Revista Renascença, em 1907, no qual o escritor narra sua estadia no Cati e a convivência com João Francisco, ocorrida durante a turnê do literato, à época chamado príncipe dos prosadores, pelo pampa. *Noventa e Três*, publicado em 1934, livro do próprio João Francisco, no qual ele conta sua versão dos fatos e das batalhas da revolução federalista. Quanto à dimensão historiográfica, Ivo Caggiani escreveu a biografia *João Francisco, a Hiena do Cati*, fartamente documentada (1997); o leitor também encontrará apurada reflexão sobre o tema, referenciada em fontes, nos escritos de Gunter Axt, especialmente no artigo *Ordem e terror limite: a cidadela do Cati na fronteira do Brasil com o Uruguai, entre 1896 e 1909* (2021).

Todos estes textos enriquecem e perspectivam a leitura do ensaio de Florencio Sánchez. As fontes históricas sobre as violências do Cati oferecem-se à análise ainda sob o pulsar das paixões político-partidárias daquele período, sobretudo diante das características dos escritos da imprensa, que não escamoteavam as ideias que defendiam e o lado da disputa política a que pertenciam. De modo que navegamos entre inflados heróis e vilões¹, a depender da pena do autor da fonte. Nada que não seja próprio do conhecimento histórico. Afinal, conforme Marc Bloch,

¹ Euclides da Cunha escreveu em *Os sertões*: “Entre dois extremos, do arrojo de Gumerindo Saraiva à abnegação de Gomes Carneiro, a opinião nacional oscilava espelhando os mais díspares conceitos no aquilatar vitoriosos e vencidos; e nessa instabilidade, nesse baralhamento, nesse afogueado expandir de nossa sentimentalidade suspeita, o que de fato se fazia, em todos os tons, com todas as cores e sob aspectos vários - era a caricatura do heroísmo. Os heróis, imortais de quarto de hora, destinados à suprema consagração de uma placa à esquina das ruas, entravam, surpreendidos e de repente pela história dentro, aos encontrões, como intrusos desapontados, sem que se pudesse saber se eram bandidos ou santos, envoltos de panegíricos e convícios, surgindo entre ditirambos ferventes, ironias diabólicas e invectivas despiedadas, da sangueira do Inhaduí, da chacina de Campo Osório, do cerco memorável da Lapa, dos barrocais do Pico do Diabo, ou do platonismo marcial de Itararé” ([1907] 2010, p. 17).

“que a palavra das testemunhas não deve ser obrigatoriamente digna de crédito, os mais ingênuos policiais sabem bem” (2001, p. 89). Ademais, nosso interesse é contribuir para a compreensão dos aspectos relacionados à violência e aos aparelhos repressivos de que o Cati é exemplo e não atuar como “espécie de juiz dos Infernos, encarregado de distribuir o elogio ou o vitupério aos heróis mortos” (BLOCH, 2001, p. 125).

2. Guerra e paz na fronteira

Os episódios que nos interessam mais diretamente ocorreram durante e depois da “revolução federalista”, iniciada em 1893 e finda em 1895. Nosso personagem ingressou cedo no Clube Republicano de Sant’Ana do Livramento e logo passou a envolver-se nas escaramuças partidárias que tiveram lugar no Rio Grande do Sul e, especificamente, na fronteira, durante os primeiros anos da república. Já como tenente da 1ª Companhia do 136º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional debutou na guerra ao defender em Sant’Ana do Livramento a retomada do poder no Estado por Júlio de Castilhos, em 1892, após o período do chamado *governicho* (CAGGIANI, 1997, pp. 28 e seguintes). Desencadeada a revolução federalista, João Francisco destacou-se no comando do chamado “Corpo de Exploradores”, que atuava como “vanguarda da Divisão comandada pelo General Hipólito Ribeiro” (CAGGIANI, 1997, p. 50). Nesse contexto, praticou feitos militares e após importante batalha em que saiu vitorioso foi promovido a tenente-coronel:

Pouco depois o general Hipólito Ribeiro, face às necessidades imperiosas da guerra civil que continuava a lavrar no Estado, resolveu dar organização definitiva ao corpo que fazia vanguarda de sua aguerrida Divisão. Dito corpo recebeu a denominação oficial de CORPO EXPLORADOR, sendo seu comando conferido a João Francisco, nessa mesma data – 19 de junho – promovido a tenente-coronel (CAGGIANI, 1997, p. 38).

Este Corpo Explorador, ao final da guerra civil, passou a chamar-se 2º Corpo de Cavalaria Civil. Após a pacificação, o 2º Corpo de Cavalaria Civil foi “dispensado do serviço da União e dissolvido, nos primeiros dias de janeiro de 1896” (CAGGIANI, 1997, p. 51). Esta dissolução ocorreu

no passo da desmobilização das tropas de “provisórios”, isto é, civis engajados, que constituíam a maioria dos combatentes durante a revolução federalista. Apesar do interesse do exército e da União na desmobilização dos provisórios, Júlio de Castilhos não “aceitou abrir mão da estrutura de poder que garantira a vitória” e inicialmente, indicou João Francisco para “o posto de Coronel da Guarda Nacional da comarca de Livramento” (AXT, 2021, p. 60). Em 7 de novembro de 1895 escreveu a João Francisco informando que “brevemente vos confiarei comissão de grande importância e de imediata confiança do Governo. Ficais prevenido”. E em 08 de dezembro do mesmo ano comunicou ao seu fiel correligionário a criação do 2º Regimento de Cavalaria Provisório, que funcionaria sob seu comando. Júlio de Castilhos disse na carta que expediria nos dias subsequentes ordem oficial “para que o referido Corpo passe a fazer parte da Brigada Militar, como Regimento de Reserva, incumbido de vigiar a zona compreendida entre Livramento, Quaraí e Alegrete”. Refere ainda que um oficial da Brigada seria enviado à fronteira “com a tabela de vencimentos e instruções para adaptar a força do Estado”. E por fim, renovava sua inteira confiança no republicano dedicado e guerrilheiro “que faz honras às tradições do nosso Rio Grande”.

No início de janeiro de 1896, logo após a dispensa do serviço da união, o Regimento, já aquerenciado nas margens do Cati, em propriedade de João Francisco, expede a sua primeira ordem do dia, na qual consta a nota sobre a dispensa do serviço da União e a nova condição jurídica alcançada pela milícia, após o arranjo de Júlio de Castilhos. Na ordem de João Francisco consta que após a dispensa os combatentes do 2º Corpo Civil já estavam gozando, “no aconchego de vossas famílias, da paz que com patriotismo e coragem disputamos”, quando chegou a notícia da incorporação à Brigada Militar, como Regimento Provisório adido². Assim surgiu o 2º Regimento de Cavalaria Provisório, adido a Brigada Militar, comandado por João Francisco Pereira de Souza e sediado no Cati. Sua breve existência, de 1896 a 1909, deu o que falar.

Começemos pela guerra. Não vamos nos aprofundar na esfera da história militar, o que nos levaria a intrincadas questões. Contudo, importa analisar mais detidamente a estrutura das forças legalistas, de

² As cartas estão transcritas em Caggiani, 1997, pp. 51/52.

modo a entender as relações entre as forças públicas e as milícias provisórias, bem como no que consiste o posto de tenente-coronel ocupado por João Francisco e o regimento que comandava, surgido na guerra e mantido após a pacificação.

A Brigada Militar surge como exército estadual, com finalidade bélica, no contexto da consolidação do regime castilhistaborgista no Rio Grande do Sul e na senda das conflagrações do início da república. Em tese que investiga exaustivamente a história da Brigada Militar, Romeu Karnikowski dispõe que ela foi criada em outubro de 1892 “como verdadeiro exército do Rio Grande do Sul, a força pretoriana de Júlio de Castilhos para enfrentar seus inimigos federalistas, denominados também de libertadores e no decorrer da guerra que eclodiu em fevereiro de 1893, maragatos” (2010, p. 117). Pensada como “braço armado” do regime castilhista, com a função de “combater e eliminar” os “inimigos da República” (KARNIKOWSKI, 2010, p. 124), foi estruturada nos moldes do Exército nacional e dividida em três partes: o Corpo Ativo, ou Regular; os Corpos de Reserva; e os Corpos Provisórios Civis (KARNIKOWSKI, 2010, p. 125).

Os corpos provisórios³ foram instituídos no final de 1892, pelo Ato 408/92, que “criou 17 corpos provisórios sendo que cada um deles disporia em torno de 250 homens comandados por um cidadão civil comissionado no posto de tenente-coronel”, sob o comando da Brigada Militar (KARNIKOWSKI, 2010, p. 126).

Para Hélio Moro Mariante, a instituição de corpos provisórios era uma necessidade histórica: “sua criação era uma necessidade. Desde a velha Roma com suas milícias e em grande evidência na Revolução Francesa a história vem registrando a atuação desses Corpos de patriotas. (...) Era uma necessidade na época, pois que não podiam os governos manter, permanentemente um Exército numeroso, capaz de fazer face às constantes agitações do tempo (1972, p. 169). No contexto brasileiro, até mesmo Virgulino Ferreira, o Lampião, fez parte de Batalhão Patriótico, de civis, organizado no contexto do combate à Coluna Prestes, no Ceará, em 1926. Na ocasião, aceitou o chamado do Estado-maior do Batalhão Patriótico do Juazeiro, que chegou ao seu conhecimento por intermédio de Padre Cícero. Foi por este foi recebido, com honras militares, em Juazeiro, e se “retira com a patente de capitão honorários das Forças Legais de Combate aos Revoltosos, (...) armamento militar de infantaria de último modelo, regulamentar no Exército Brasileiro à época, munição abundante e todo um enxoval de guerra, o bando inteiramente fardado com a mescla azul distintiva do Batalhão Patriótico”. O episódio foi contado por poetas populares: Quando o exército revoltoso/Pelo Nordeste passou/Três batalhões patrióticos/Padre Cícero organizou/E a um desses batalhões/Que defendiam os sertões/Lampião se incorporou (PERNAMBUCANO DE MELLO, 2012, p. 87).

Portanto, é fundamental notar que na repressão legalista às revoluções, como a federalista – em um contexto de formação da burocracia estatal policial e militar - o *monopólio da violência física legítima* era compartilhado com os chamados corpos provisórios, isto é, tropas formadas por civis que se engajavam na luta.

Para exemplificar a dimensão das forças provisórias, de civis: conforme Axt, ao final da guerra eram vinte quatro mil os combatentes legalistas, dentre os quais apenas 8.300 das “tropas de linha” (AXT, 2021, p. 60). Segundo Carlos Reverbel, o efetivo da “Divisão do Norte”, comandada pelo gen. Rodrigues Lima, chegou a contar com 5.000 homens e era integrada por “15 corpos provisórios e apenas um batalhão de linha” (REVERBEL, 1985, p. 35). Portanto, na guerra de 1893 o dispositivo militar-estatal era composto por forças da Brigada Militar, incluindo os corpos de reserva e os corpos provisórios, e, subsidiariamente, por forças do Exército.

João Francisco justamente comandava uma tropa de provisórios. Seu nome como militar inteligente e valente foi construído na revolução federalista, a galope na fronteira, vitorioso nas batalhas do Passo do Sarandi, quando libertou o gal. Isidoro Fernandes, preso pelos maragatos em Rio Negro, e de Campo Osório. Sua fama de feroz assassino também resultou daí, fundada em episódios como a invasão ao território uruguaio, quando um tenente daquele país foi morto, e na chacina de Campo Osório, acerca da qual muitos escreveram. Inclusive Florencio Sánchez, que narra ter ido ao local do combate e escutado “dos próprios atores da tragédia”, que “João Francisco teve a tétrica voluptuosidade de manter sua gente acampada sobre o mesmo acampamento de Saldanha todo o tempo em que os miasmas o permitiram”, com o objetivo de “familiarizar a tropa com o espetáculo da morte”.

Os grupos de provisórios eram compostos pela peonada, pelos *gauchos sueltos* - chefiados por coronéis ou caudilhos, em geral estancieros⁴. Nesse sentido, os combatentes legalistas ou maragatos eram

⁴ Para a caracterização antropológica e sociológica do tipo humano da região do pampa, o gaucho, conferir a obra de Chies, *Atitudes Cognitivas: o arquétipo “gaucho”* (2021). Conferir também *Os gaúchos: cultura e identidade masculinas no pampa*, de Ondina Fachel Leal (2021). No mesmo sentido, o próprio João Francisco Pereira de Souza caracteriza seus comandados com significativo tino sociológico: “Esta legião

O caudilhismo criminal na América do Sul

recrutados no mesmo estrato social. No entanto, o governo “oferecia a seus defensores vantagens que os revolucionários não podiam oferecer, como fardamentos, melhores armas, um pequeno soldo e garantia de reforma remunerada aos mutilados e de uma pensão às viúvas ou filhos dos mortos em combate” (FERREIRA FILHO, 1973, p. 30). Para Axt, a guerra civil pode significar um bom negócio para setores população:

As forças civis castilhistas eram remuneradas pelos cofres da União. Além disso, saques, confiscos e assaltos eram praticados contra os adversários com impunidade e até estimulados, sugerindo que havia no Estado um forte contingente populacional em disponibilidade social, ou seja, sem trabalho e, talvez, sem residência fixa, que identificou na aventura revolucionária uma chance de ganho pessoal (2002, p. 21).

Em estudo de referência sobre o tema, tendo como pano de fundo a revolução de 1923, Maristela da Silva Pereira demonstra que também para os estancieiros (“coronéis”) a organização de um corpo provisório podia constituir bom negócio. Segundo a historiadora, a “vantagem advinda do comando de um CP”, sobretudo para os coronéis ligados ao ramo da pecuária, “seria a de poder organizar os peões e agregados em volta do seu comando, pelo tempo que durassem os conflitos, sendo que o governo estadual subsidiaria a alimentação da tropa, a vestimenta e os ordenados” (1994, p. 33). Estes indícios podem iluminar os motivos da dificuldade de desmobilização das tropas de provisórios, já que muitos “havia transformado o engajamento em um lucrativo negócio, pois recebiam soldo, armamento, fardamento e ainda tinham relativa per-

estava constituída por um grupo selecionado de gaúchos destorcidos, ágeis, valentes, astutos e dotados, enfim, de qualidades especiais para a guerra de movimento. Homens nascidos e criados nas grandes estâncias, pastoreando o gado desde a idade de quatro ou cinco anos, acostumados a levantar da rústica cama, às primeiras horas da madrugada, comendo logo um pedaço de churrasco, chupando algumas cuias de mate e, antes de alvorecer, partindo para a afanosa luta: já fazendo a parada de rodeio, já apartando o gado destinado às tropas...ou apartando os touros que devem ser castrados ou já apartando os terneiros que vão ser marcados ou já ainda outros trabalhos rudes, (...) para só de novo se alimentar à noite, ao voltar para casa, ou no fogão da ronda da tropa. (...) adolescente, já é um ginete, laçador, boleador, campeiro a toda a prova e aprendendo (...) o manejo da lança e da espada. (...) Dentre os homens assim criados (...) alguns haviam sido feitos exclusivamente para a luta cruenta, penosa e sem descanso” (SOUZA, 1934, p. 102 *apud* AXT, 2021, p. 70).

missão para perseguir desafetos e praticar saques e confiscos” (AXT, 2021, p. 60).

Alfredo Jacques, em *Os provisórios*, referindo-se à revolução de 1923, denunciava práticas de apropriação ilícita de recursos estatais por meio dos corpos provisórios:

As folhas de vencimentos acusavam o efetivo de quatrocentos homens, quando, na realidade, existiam duzentos. O comandante embolsava o resto ... Negócio lucrativo o tal de “provisórios”. Inúmeras hipotecas foram levantadas. Muita gente se aprumou.

Num Corpo, na fronteira, em 1924, jamais tinha visto tamanha roubalheira. Roubava o comandante, o fiscal, o quartel-mestre. Um avanço geral, todo mundo roubava (JACQUES, 1938, p. 39/40 *apud* PEREIRA, 1994, p. 34).⁵

A exacerbada violência da revolução de 93 – que ficou conhecida pela disseminada prática da degola - é fato conhecido e comentado. As fontes históricas indicam que o extermínio foi autorizado oficialmente pelo Presidente do Estado, Júlio de Castilhos, conforme consta em ofício dirigido aos coronéis Artur Oscar, Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto e Joaquim Elias Amaro, no qual lhes traça orientação, logo no início da guerra:

É possível que no momento supremo do desbaratamento completo eles busquem refúgio no território onde maleficamente realizaram a conspiração nefanda e organizaram suas hostes vandálicas, mas o inteiro desagravo da República ultrajada requer que, ultrapassados mesmo certos limites, com as devidas cautelas e discrição, sofram pela eliminação o justo castigo que merecem odientos caudilhos.⁶

⁵ Em correspondências do Comando Geral da BM, especificamente cartas trocadas entre o Cel. Emilio Massot e o Cel. Claudino, analisadas por Maristela Pereira, ficamos sabendo que João Francisco manifestou interesse em engajar-se no lado legalista da revolução de 23. No diálogo entre os coronéis da Brigada, consta que João Francisco dizia estar pobre e necessitava auxílio inclusive para viajar ao Rio Grande do Sul (estava em São Paulo). A partir desta pretensão de João Francisco, a autora argumenta que “pode-se notar a existência de uma íntima relação entre o comando de CP e as dificuldades financeiras por que passavam os coronéis” (1994, p. 34).

⁶ A informação pode ser encontrada no artigo de Paulo Brossard da Souza Pinto, no livro *As Guerras dos Gaúchos – História dos Conflitos do Rio Grande do Sul*. Confor-

Militares do Exército, da Brigada Militar e civis engajados em corpos provisórios, autorizados pelo Presidente do Estado a, “com as devidas cautelas e discrição”, levar a cabo o “justo castigo”, a “eliminação”.

É este o pano de fundo de *O caudilhismo criminal na América Latina*. Exagera Sánchez? Tem razão Axt ao afirmar que “Sanchez foi um mestre do que hoje chamaríamos de Fake News”? (2021, p. 70). Uma tropa de bandoleiros do pampa, forjada na guerra da degola, mudaria tão rapidamente suas práticas após a pacificação, tornando-se uma disciplinada força de segurança pública?

3. João Francisco e o Regimento do Cati

É impossível evitar essas cousas [degolas], os rapazes entusiasma-se nas pelejas e, coitados, não os posso castigar por isso. Os federais fazem o mesmo. As nossas guerras são assim.
João Francisco ⁷

Ao cabo da revolução de 1893 houve uma afinidade entre os interesses de Júlio de Castilhos e de João Francisco Pereira de Souza, dois ferrenhos defensores do positivismo de Augusto Comte. Aquele desejava utilizar em tempos de paz a força público-privada (por assim dizer, em termos contemporâneos) que atuou na guerra, com a finalidade de garantir a pacificação naquele que foi o território mais conflagrado da contenda, bem como de vigiar as fronteiras e combater o contrabando. João Francisco, por seu turno, desejava manter ativo e financiado o regimento que comandava. O corpo provisório, outrora batalhão de guerra financiado pela União, torna-se aparelho de segurança pública, financiado pelo Estado. O 2º Regimento de Cavalaria Provisório, com sede no Cati, é mantido como Regimento de Reserva da Brigada Militar, com a missão de vigiar a zona compreendida entre Livramento, Quaraí e Alegrete.

me Brossard, “o arquivo do antigo Ministro da Guerra Marechal Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto, depositado na Biblioteca Nacional, guarda o ofício n. 3, ‘muito reservado’, do Presidente do Estado Júlio de Castilhos, de 6 de março de 1893, um mês depois de iniciada a Revolução de 1893, dirigido aos coronéis Artur Oscar, Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto e Joaquim Elias Amaro, no qual lhes traça orientação. Contém 17 folhas” (2008, p. 280).

⁷ João Francisco, em entrevista prestada ao *Jornal do Brasil*, em 11 de julho de 1895 (AXT, 2021, p. 71).

O Cati e seu comandante foram objetos de uma disputa de narrativas que ocorreu simultaneamente à sua existência. De um lado, as denúncias das barbaridades cometidas pela “gente de João Francisco”. Estas eram provenientes, em primeiro lugar, dos maragatos derrotados, que agora eram as principais vítimas dos “crimes praticados por agentes e indivíduos ligados ao situacionismo estadual” (CABEDA, 2002, p. 14). Mas também podiam derivar de setores do Exército e de posteriores inimizadas locais no seio do Partido Republicano Rio-Grandense (caso de Flores da Cunha), bem como de “observadores externos”, não vinculados diretamente ao conflito sul-riograndense, o que parece ser o caso de Florencio Sánchez. De outro, os elogios ao exemplar aparato militar que foi sendo construído ao longo dos anos no quartel do Cati, à eficiência do regimento, bem como ao talento, a coragem, a dedicação e a polidez do tenente-coronel João Francisco. Estes podiam brotar da pena de oficiais da Brigada Militar e outras autoridades, de jornalistas estrangeiros ou nacionais, de literatos, e resultavam das observações colhidas nas visitas ao Cati a convite de João Francisco, ocasiões em que eram oferecidos “banquetes, champanhe, prataria, formações de gala, queima de fogos de artifício e bailes que varavam a madrugada, com casais rodopiando no salão principal, como aconteceu em fins de junho de 1899, quando o General Hipólito Ribeiro hospedou-se no quartel, em companhia de sua esposa” (AXT, 2021, p. 64).

O Regimento aquerenciou-se desde sua gênese no Cati, “local estratégico pela sua posição, próximo ao arroio do mesmo nome” (CAGGIANI, 1997, p. 53). Este arroio “nasce na coxilha Japeju, próximo ao cerro das Catacumbas e lança-se no Quaraí. quinze quilômetros a oeste do Passo do Ricardinho, depois de um curso de aproximadamente 40 quilômetros. Serve de limite entre os municípios de (...) Livramento e Quaraí” (CAGGIANI, 1997, p. 53). O local fica a meio caminho entre as duas cidades e muito próximo à fronteira com o Uruguai, e o viajante que hoje passa por ali – vindo da ou indo para a Rodovia Simões Lopes Neto, donde se vislumbra o Cerro do Jarau - não vê mais do que uma placa regulamentar de trânsito que anuncia o arroio.

João Francisco, sem demora, trabalhou para levantar um “majestoso edifício que foi o primeiro quartel do Rio Grande do Sul construído

com as mais modernas exigências da técnica e da engenharia da época” (CAGGIANI, 1997, p. 54). Em fevereiro de 1907, Coelho Netto, um dos escritores mais lidos de sua época, fundador da cadeira número dois da Academia Brasileira de Letras⁸, fez uma “turnê” pelo Rio Grande do Sul. Nesta ocasião, viajou de Quaraí à Livramento, em dia de “calor de forno”, “céo limpo, inexoravelmente azul, desesperadamente bello” (COELHO NETTO, 1907, p. 267).

O prédio forma um rectangulo com oitenta metros de frente sobre cincoenta de fundo, tendo ao centro grande pateo aterrado e calçado. É uma verdadeira praça de guerra, provida abastosamente de todo o material, desde o armamento, o mais aperfeiçoado até as tarimbas de suspensão. Em officinas adstrictas trabalham o carpinteiro, o segeiro, o correiro, o serralheiro, o pintor e assim todo o mobiliário, todas as peças de equipamento, toda a ferragem são alli fabricadas com grande economia, e não fallo dos tijolos, das telhas que fornece a olaria e das enormes carretas de transporte que são alli construídas.

Atendendo as necessidades higienicas estendeu uma rede de exgottos, abasteceu d'água em grande cópia, o aquartelamento, iluminando-o a gaz acetyleno.

No campo fronteiro ao quartel executam-se as manobras militares e, como no *castra stativa* dos romanos o soldado não leva a vida inerte: o coronel exercita-os em trabalhos de utilidade, assim o concerto de pontes, a installação de linhas telephonicas que ligam Quarahy e Sant`anna do Livramento são benefícios devidos a atividade do grande fronteiro (COELHO NETO, 1907, p. 270).

O escritor dá conta da estrutura do quartel, das oficinas, da rede de esgoto, da iluminação por gás acetileno e das linhas telefônicas. O Cati era uma disciplinada e organizada unidade militar, mas também uma unidade produtiva e uma aldeia na qual moravam oficiais, soldados e seus familiares.

⁸ Conforme biografia constante no site da Academia Brasileira de Letras, Coelho Netto estudou Direito em São Paulo e em Recife, onde teve Tobias Barreto como principal mestre (cf. <https://www.academia.org.br/academicos/coelho-neto/biografia>, acesso em 11/01/2022).



Vista panorâmica do Quartel do Cati
(reprodução Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes. Rio de Janeiro: 1907; Ano IV, n° 40)

Na descrição de Artur Lara Ulrich ficamos sabendo que ao ingressar no edifício encontrava-se o armazém dos petrechos de guerra, “a sala da secretaria, perfeitamente montada”, a “casa de ordem e logo em seguida duas salas destinadas, uma a escola regimental; outra, a banda de música” (ULRICH, 1903, *apud* CAGGIANI, 1997, p. 57). Na sequência, os alojamentos dos soldados, “perfeitamente arejados, dotados de camas especiais e outros melhoramentos” e contíguo o “espaçoso salão destinado ao refeitório, onde está localizada a cozinha” (ULRICH, 1903, *apud* CAGGIANI, 1997, p. 57).

O jornalista Arturo Visco, do jornal *La Razon*, de *Montevideo*, visitou o Cati em 1908; narrou que “los refectórios (...) lucen todos mesas de mármore, y piso de baldosa que el ojo vigilante de la superioridade mantiene siempre en el más perfecto asseo” (VISCO, 1908, *apud* CAGGIANI, 1997, p. 61).



Fachada do Quartel do Cati
(reprodução Revista Caras y Caretas. Buenos Aires, 1901; Ano IV, n° 152)



Pessoal do Quartel do Cati
(reprodução Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes. Rio de Janeiro: 1907; Ano IV, nº 40)

O Cati era também uma fazenda, uma unidade produtiva. Coelho Netto conta que João Francisco se regozijou com a quantidade de lã que se estava tosquiando das ovelhas e descreve o “exemplar magnífico” de boi *polled-angus* que acabara de tomar a ducha e por isso estava “refrescado e contente” (1907, p. 269). Também havia nos apriscos, currais e estrebarias toda sorte de gado fino: “descemos de vagar e fomos ao aprisco onde engordam os lanzudos carneiros Rambouillet, os Romney e os saborosos Marsch” (1907, p. 269). No local havia também o mata-douro, que provia de carne os habitantes do Cati.

Os oficiais e os soldados moravam no Cati, na Aldeia, que era composta, por várias dezenas de ranchos e era habitada por aproximadamente duzentas pessoas, sem contar os soldados. Eram, a maioria, mulheres jovens com suas filhas e filhos, além de alguns idosos. A aldeia era policiada por “el milico mas viejo del regimiento”, que naturalmente “goza en la población de gran autoridad” (VISCO, 1908, *apud* CAGGIANI, 1997, p. 63). Conta também Visco que a aldeia era objeto de intensa inspeção sanitária, a cargo do farmacêutico do regimen-

to: “los enfermos contagiosos pasan a un rancho de aislamiento y se el mal persiste, el atacado marcha rumbo al hospital mas cercano” (apud CAGGIANI, 1997, p. 63).

O “farmacêutico do Cati” é personagem que já constou na literatura gaúcha, em *Estrada Nova*, de Cyro Martins:

Fonsequinha fora pessoa acatada e de respeito naqueles pagos. Tinha sido farmacêutico do Cati, onde, conforme afirmava com orgulho, matara apenas um negro, com capsulas de estricnina, e isso mesmo como último recurso, porque o diabo estava duro de morrer a pauladas. Foi só. E envelhecera sem saber se cometera um crime ou se fizera um bem. De todo o jeito, o negro estava condenado, sem apelação. Aparentemente não guardava remorsos deste ato. Depois, dissolvida em 1910 a força aquartelada no Cati, tornou-se o médico de toda aquela campanha (1975, p. 86).

Havia também a aldeia dos oficiais, com casas maiores e mais luxuosas, inclusive a casa do comandante, onde Coelho Netto foi acolhido com afável intimidade, “na sala nobre, sem luxo espalhafatoso, mas de um conforto, um asseio, verdadeiramente flamengo”, para uma ceia com João Francisco, esposa e filhos (1907, p. 268).

Segundo Caggiani, na rotina diária, os soldados eram obrigados a frequentar a aula regimental, ministrada por professores contratados para este fim. O regimento ainda dispunha “de um professor de esgrima diplomado em Buenos Aires e de um professor de francês” (1997, p. 56). Faziam também exercícios de tiro, com carabina Máuser. Na reportagem de *La Razon*, Visco narrou que os oficiais e os soldados usavam um uniforme distinto a cada dia da semana e que nos domingos à tarde a banda do regimento tocava na Praça Júlio de Castilhos. No mais, o batalhão era regido pelo toque do clarim: “con las primeras sombras del crepúsculo se toca oración; a las nove de la noche silencio y las 4y 30 de la madrugada, “diana” (apud CAGGIANI, 1997, p. 63). Em inspeção realizada pelo Comando da Brigada Militar constaram notáveis elogios ao Cati de João Francisco: “disciplina, ordem, asseio, correção, revela aquela força de maneira lisonjeira e extraordinariamente honrosa” (CAGGIANI, 1997, p. 59).

Um quartel no pampa, base de operações de um regimento pronto para guerra, composto por centenas de homens, organizado segundo a moderna logística militar, equipado com tecnologia de ponta, esgoto, iluminação, água encanada, autossuficiente do ponto de vista alimentar, no qual os soldados e os oficiais trabalhavam e moravam com suas famílias. Trata-se de fato significativo, mais ainda se levarmos em conta que o Cati era o Q.G de um Regimento Provisório, que teve vida curta, pouco mais de uma década.

Para Florencio Sánchez, “João Francisco montou uma máquina de extermínio”. Não é demais lembrar que o contexto no qual o Cati existiu era o da “garantia da pacificação”, no território em que se desenvolveram as principais batalhas da revolução federalista e onde viviam muitos “maragatos”, isto é, proprietários rurais e peões que peleavam do lado federalista.

Dyonélio Machado, um dos principais escritores do Rio Grande do Sul, nascido em Quaraí, em 1895, escreveu sua obra prima, *O Louco do Cati* (1942), desenvolvendo o enigmático personagem sob a base de um trauma fundado nas violências do Cati. Em certa parte da obra os personagens conversam e alguém pergunta: “quem é que não conhece o Cati”? Dyonélio então discorre com olhar sociológico sobre o assunto, explicando que era no fim da revolução, vencida pelo governo, no fim de século e no fim de mundo. E que “a campanha, principalmente a fronteira – ninho de revolucionários – não estava ‘pacificada’”, de modo que se fazia necessário realizar aquilo que se convencionou chamar “operações de limpeza” e que essa limpeza tornou-se uma coisa regular, “uma espécie de banditismo legal entronizado naquele ‘Castelo’” (1984, p. 26). Dyonélio explica:

Mas, é claro, uma tarefa de tal ordem (“Ordem pública! Ordem pública!) punha nas mãos dos homens do Cati uma enorme soma de poder: poder pessoal, poder político, poder!... Já nada mais se fazia então naquela vasta zona sem consulta ao Cati. O Cati era o Subestado. Era o Estado para aquela região. Não raro entrava em conflito com o verdadeiro Estado, e o vencia (MACHADO, 1984, p. 26)

A análise toca num ponto relevante para a reflexão sobre o Cati, pois compreende que aquela estrutura miliciano-legal, armada, dota-

da de amplos poderes, submetida apenas ao poder central e atuando no pós-guerra numa região “pouco povoada, sem meios fáceis de comunicação, desenvolvendo sua vida econômica pela exploração mais primitiva do gado”, nas palavras de Sánchez, acabava por angariar uma significativa “soma de poder”, pessoal e político, tornando-se espécie de subestado, “o Estado para aquela região”.

De maneira que o conceito de caudilho parece se adequar à posição ocupada por João Francisco, “senhor de vidas e fazendas no Rio Grande”, segundo Sánchez, “cujas funções (...) eram similares as de um General de Divisão, tal a independência e a autonomia que possuía”, para Caggiani (1997, p. 63), ao menos durante a existência do Cati. O volume do poder do comandante do Cati pode ser estimado levando em conta os conflitos institucionais que passaram a ocorrer com as demais agências estatais de exercício da violência, notadamente o exército.

Em 1898 o “General Carlos Maria da Silva Telles, veterano de 1893 e aclamado defensor de Bagé contra o assédio das hostes revolucionárias” (AXT, 2021, p. 65) já manifestava publicamente seu incômodo com a constante “invasão de atribuições” levada a cabo pelas tropas de João Francisco, aquarteladas no Cati “sem prestar o menor serviço e sem dar obediência alguma ao Comando da Guarnição de fronteira do Livramento, contra o qual leva até a provocar constantes conflitos” (TELLES, 1898, apud AXT, 2021, p. 65). O General demonstrava preocupação com as práticas do caudilho do Cati, que alistava em suas fileiras desertores das tropas do exército, operava recrutamentos forçados, praticava violências contra os habitantes da fronteira e prendia ilegalmente cidadãos uruguaios. E essa força pública *sui generis* fazia tudo isso “com armamento moderno, de precisão, municada, fardada e com organização idêntica à do Exército nacional” (TELLES, 1898, apud AXT, 2021, p. 65). Como aceitar a existência desta milícia provisória, que usa uniformes idênticos aos do exército? É interessante este ponto, na medida em que evidencia o processo de formação do próprio Estado, em sua dimensão simbólica, apontando para a velha questão: como diferenciar a força pública de um bando de salteadores?

Estes conflitos de competência entre os agentes habilitados pelo Estado a exercer a violência tinham se manifestado dois anos antes,

em 1896, no episódio em que um major do exército, João José da Luz, libertou presos que estavam sendo conduzidos para o Cati, pelas forças de João Francisco. Sobre o episódio, pairam dúvidas (como explicado na nota de tradução número 15). Nas penadas de Florencio Sánchez o episódio ganha vivacidade e podemos imaginar a lúmpen-gauchada arrebanhada, “sob custódia de uns vinte e cinco lanceiros, que os iam incitando com um assovio peculiar do arreador de rebanhos de gado e às vezes até cutucavam os preguiçosos com o canto da lança”, dentre os presos “um pintor rengo, com seu chapéu de papel, o balde de tinta em uma mão e a régua na outra”.

No texto *Alimpendo Aleives*, publicado em 1968, o advogado santanense Érico Maciel critica o ensaio de Sánchez e quanto ao episódio dispõe que a coisa não se passou como narrara o dramaturgo uruguaio. Esclarece que o major não estava entre os presos e que interceptou a caravana de prisioneiros a mando do General Menna Barreto, que considerou inadequadas as levadas que andavam sendo praticadas por João Francisco. O causídico, maragato, segundo Caggiani (1997, p. 80), refere que o policiamento do município de Livramento estava a cargo da tropa de João Francisco e que esta “periodicamente fazia levadas de vadios, jogadores de osso, gatunos, etc, fazendo-os levar para o quartel, em Caty” (MACIEL, 1968, *apud* CAGGIANI, 1997, p. 84).

Este é o ponto que merece nossa atenção. Independentemente das pequenas divergências sobre o que aconteceu exatamente, próprias da historiografia, os fatos acabam por se confirmar. Ninguém questiona que a milícia do Cati realizava periódicas levadas de prisioneiros, por “vadios” ou “jogadores de osso”. Nesta ocasião o certo é que houve o que hoje se chamaria “operação policial”, que estava a conduzir por Livramento um grande número de aprisionados. Alguém pode cogitar que estas prisões eram realizadas de acordo com a legalidade? O que aconteceria com estes recrutados ao chegarem ao Cati, não tivessem sido libertados pelo exército, em episódio que por pouco não resultou em luta armada das forças do Cati contra o exército?

De modo que salta aos olhos o volume do poder de João Francisco e seus comandados. Uma força milicianiana capaz de despertar a preocupação do General Telles, comandante do exército para a fronteira, e que exercia, além das funções declaradas de vigiar as fronteiras e

reprimir o contrabando, as latentes de garantir a hegemonia castilhistas, pela repressão política, bem como a tarefa de policiamento em Sant’Ana do Livramento, praticando mutirões de aprisionamentos e levando os arrebanhados para o Cati. “Altivo e frio, o Cati apertava, arrastava, triturava”, diz Dyonélio Machado (1984, p. 26).

Segundo Gunter Axt:

O Regimento do Cati, quando entrava numa cidade, com sua cavalaria ligeira, estandartes coloridos, levantando poeira, infundia pavor, imagem que, aliás, fazia parte do negócio. Pranchaços, açoites e estaqueamentos não eram incomuns naqueles tempos, em regimentos, delegacias e fazendas. Numa zona turbulenta, assolada por pandilhas de contrabandistas fortemente armados e sobressaltada por abigeatários e capangas violentos, muitos celebravam tais métodos (...) (2021, p. 70).

O historiador ainda argumenta, noutro texto, que os recrutamentos forçados faziam parte de uma estratégia disciplinar, que consistia na utilização dos recursos humanos da guerra federalista para fins estatais, castilhistas, de modo que a Brigada Militar servia como “instrumento estratégico para a domesticação da gauchada irridenta”, tanto no que toca “ao controle da violência pela força quanto à absorção dos gaúchos por uma disciplina militar capaz de preparar o terreno para a formação do mercado de trabalho desenhado em moldes burgueses” (2002, p. 22).

Não é descabido lembrar que estes fatos se desenrolavam numa época em que se dizia que “não é crime matar maragatos”. Os maragatos derrotados na revolução denunciavam as violências do bando de João Francisco por meio das páginas dos jornais *O Maragato* e *O Canabarro*, ambos editados do outro lado da linha divisória, em Rivera/UY. Das denúncias enviadas aos periódicos por cartas remetidas pelos leitores-correligionários resultou o já citado livro *Os crimes da ditadura*, organizado por Rafael Cabeda e Rodolpho Costa, publicado em 1902.

Na obra constou o relato do episódio da leva frustrada pelo major Luz e de outros recrutamentos forçados realizados na campanha:

O caudilhismo criminal na América do Sul

O General Menna Barreto e o Major João José da Luz arrebatam do poder de uma escolta de João Francisco mais de 40 cidadãos recrutados dentro da cidade de Livramento” ([1902], 2002, p. 99).

General [Joca] Tavares – João Francisco anda amarrando companheiros nossos e levando para seu acampamento, a fim de o servirem no corpo policial, o mesmo fazendo em Quaraí. São muitos já os agarrados” ([1902] 2002, p. 84).

Acusações de abigeato:

Ao Sr. General Galvão de Queiroz, Comandante do 6 Distrito Militar, queixou-se o Tenente Coronel Polycarpo Machado, federalista residente no 3 Distrito de Santana do Livramento, de terem sido arrebanhadas de seu campo 1500 reses, sendo o autor dessa brilhatura o celebrado João Francisco ([1902], 2002, p. 73).

“Da Estância do Sr. João Duarte foi levantada uma tropa de 800 ovelhas por gente do heroico João Francisco” ([1902], 2002, p. 74).

E de degolas:

A mãe de Amando Guterres, D. Maria da Glória Guterres, foi a Cati em procura do filho estremecido e, depois de ser-lhe declarado pela própria Hiena que Amando achava-se entre sua gente, a infortunada senhora não pode encontrar ali o moço, vindo saber, no trajeto do Cati a Livramento, que seu malogrado filho fora degolado no Ibirapuitã conjuntamente com Francisco Prestes” ([1902], 2002, p. 98).

O livro consiste basicamente num inventário de denúncias contra o situacionismo castilhisto, tendo João Francisco como protagonista, nos termos dos exemplos transcritos. A obra teve sua circulação dificultada porque após a sua publicação, os jornais *O Maragato* e *O Canabarro* foram empastelados, ocasião em que três tipógrafos foram mortos, dois deles degolados, “num ataque comandado pelo Coronel João Francisco Pereira de Souza, popularmente conhecido então pela alcunha de ‘Hiena do Caty’” (AXT, 2002, p. 15). O caso foi

objeto de julgamento pela justiça uruguaia. Segundo a historiadora uruguaia Ana Ayçaguer:

De la instrucción de ambas causas resultó la responsabilidad de varias personas, entre ellas, João Francisco Pereyra de Souza y su hermano Bernardino. En julio de 1904, el Fiscal Juan Carlos Carvallo, basándose en el resultado de las indagatorias realizadas, solicitó que se emitieran órdenes de detención contra los acusados que estaban en nuestro territorio, sin perjuicio de los derechos del Estado uruguayo de solicitar a las autoridades brasileñas el enjuiciamiento de los que se encontrasen en el país vecino: João Francisco y Bernardino Pereyra de Souza, Gentil Gomez y Conceição Coronel (2019, p. 8).

No libelo de Florencio Sánchez, consta que não só os maragatos, inimigos políticos, eram assassinados, mas todos aqueles que não se adequavam à ordem do Cati ou desagradaram João Francisco, porque roubaram um cavalo, discutiram com um soldado, “por se emborrachar numa pulperia, por não pagar uma conta, por ter dado refúgio a um perseguido, por defender a honra de sua china”⁹.

José Antônio Flores da Cunha, em colunas publicadas no *Correio do Povo* ao longo do ano de 1910, também denunciava as “perfidias de um bandido” e dizia que João Francisco era um “artista da tortura”, que praticava atos que “não ficam a pedir meças às graves abjeções e monstruosidades cometidas pelos maiores celerados” (DA CUNHA, 1911, *apud* CAGGIANI, 1997, p. 146)¹⁰.

⁹ O termo “china” está explicado na nota de tradução número 11. Complementamos: “Ainda hoje, china é um termo depreciativo para a mulher gaúcha, ou seja, uma mulher de origem indígena, como olhos e feições identificadas como indígenas. Atualmente, quando o termo é usado pelos gaúchos, china significa prostituta, e chimaredo são as casas de prostituição em pequenas cidades ou pequenos povoados desta zona rural. Mas a palavra é ambígua, dependendo de seu contexto, perde seu significado pejorativo. Ou, o que é mais provável, esta semântica derogatória nunca chegou a ser incorporado pelo próprio grupo. No diminutivo, chinoca, é uma maneira afetuosa de se dirigir a uma mulher jovem; quando combinado com o título ‘dona’, dona China, é um apelido comum e respeitoso empregado para mulheres com traços indígenas” (LEAL, 2021, p. 64).

¹⁰ Em 1910, Flores da Cunha era um jovem bacharel e deputado na Assembleia Estadual do Rio Grande do Sul. Segundo Axí, “os ataques vinham logo depois de um entrevero estalado no Clube Pinheiro Machado, em Livramento, no qual pereceram três pessoas ligadas a João Francisco, sendo dois irmãos seus, como resultado de um acirramento de ânimos entre o ex-comandante do Cati e os Flores da Cunha, em especial, o jovem José Antônio e o irmão mais velho, Chico” (2021, p. 74). Sobre a “chacina do clube Pinheiro Machado”, cf. CAGGIANI, 1997, p. 111. Flores da Cunha e João Francisco se reconciliaram anos depois.

Estamos, portanto, diante de uma milícia singular e de fatos relevantes na história das violências da região do cone sul. João Francisco, repetimos, tenente-coronel da uma milícia provisória, alcançou enorme influência no trato das questões da fronteira do Brasil com o Uruguai, a ponto de ser demandado pelo governo uruguaio para o que Ana Maria Rodriguez Ayçaguer chamou de “diplomacia marginal”. A historiadora uruguaia - no estudo em fontes da diplomacia uruguaia e brasileira, que resultou no artigo *Levantamientos armados y “diplomacia marginal”*. João Francisco Pereira de Souza y las redes políticas del gobierno uruguayo en la frontera con Brasil (1908 y 1910) (2019) - considera João Francisco o *señor de la frontera*. Não nos alongaremos neste ponto, de modo que remetemos o leitor ao estudo de Ayçaguer. O certo é que João Francisco, outrora inimigo de Aparício Saraiva, na revolução federalista, passa a “ser su aliado, responsable de suministrarles armas y caballos, y de darles refugio cuando huían de Uruguay”, tendo inclusive perecido Aparício Saraiva, após ferimento da batalha de Masoller, na estância da mãe de João Francisco, fato documentado inclusive em fotos (AYÇAGUER, 2019, p. 06).

Para Axt, João Francisco desobedecia à orientação de neutralidade no conflito emanada da diplomacia brasileira, mas obedecia às ordens secretas do governo estadual (2021, p. 72). Com a morte de Aparício Saraiva, João Francisco passa a travar relações com o governo uruguaio e garante ao presidente colorado Claudio Williman auxílio na fronteira, almejando em troca anistia quanto aos processos que respondia no país vizinho: “mis compromisos con los nacionalistas concluyeron con la revolución de 1904; y ellos saben, porque yo se los he dicho (...) que aquí en la frontera brasilera no tendrán apoyo de ninguna clase, por el contrario, serán perseguidos sin consideración alguna”, disse João Francisco ao Coronel Foglia, emissário do presidente (AYÇAGUER, 2019, p. 10).

A trajetória intensa do Cati começa a entrar em declínio com a morte de Júlio de Castilhos e de Aparício Saraiva. No estado, o sucessor, Borges de Medeiros, foi aos poucos “manobrando no sentido de retirar de João Francisco, não só seu poder político como, e principalmente, o seu poder militar” (CAGGIANI, 1997, p. 64). João Francisco queixava-se, em 1907, “do abandono do Regimento, reduzido a 200

homens, metade dos quais “bêbados e desordeiros”, enviados pelos intendentes dos municípios” (AXT, 2021, p. 76). No governo de Carlos Barbosa saiu o Decreto 1410/1908, que extinguiu o regimento do Cati, dispondo que as circunstâncias excepcionais que o justificaram já não mais subsistiam, pois a “paz está definitivamente assegurada em todo o território do Rio Grande do Sul”. O Decreto ainda estabelecia que os oficiais que desejassem podiam ficar adidos aos corpos da Brigada Militar para serem aproveitados “nas vagas que forem se dando na mesma milícia”, o mesmo valendo para os inferiores e praças.

João Francisco não desejou e em 29 de janeiro de 1909 solicitou sua exoneração do exército estadual. Em 1936, reconciliado com Flores da Cunha, então interventor no Rio Grande do Sul, e estando pobre, segundo informações de seu biógrafo, foi convertido em coronel da Brigada Militar, “com os vencimentos integrais”. No ano seguinte, o Decreto que o alcançou os vencimentos de coronel foi revogado pelo interventor seguinte, Daltro Filho. Cinco anos depois, em 1943, foi novamente inscrito na folha de pagamento do funcionalismo sul-rio-grandense, por ato do interventor Osvaldo de Farias (CAGGIANI, 1997, p. 210).

4. Imagens do caudilho

Terás imaginado, sem dúvidas, um índio alto, teimoso, cabeludo, com a cara cheia de talhos, pústulas e cicatrizes, e senão vesgo, caolho. Sua fama, sua trágica reputação tantas vezes exagerada, parece não admitir outra fisionomia nem outra encarnação que não a consagrada nas mentes pelas vulgarizações do lombrosianismo, e tamanha é nossa certeza de que verdadeiramente se produziu este juízo entre o público, que tememos, ao concluir o relato do grande vândalo rio-grandense, gritem-nos: Mentira! Falsidade!

Florencio Sánchez

O ensaio de Florencio Sánchez data do início do século XX. Conforme explicado em maiores detalhes no texto de Chies sobre o dramaturgo uruguaio, foi publicado na Revista Arquivos de Psiquiatria, coordenada por José Ingenieros, que pode ser considerada o principal veículo de difusão do positivismo criminológico na América La-

tina. Não sabemos qual era o grau de inserção de Sánchez no círculo de pensamento criminológico organizado em torno à Ingenieros e o ensaio não se debruça de modo sistemático em questões teóricas, mas alguns pontos merecem destaque.

No início do século XX, o próprio Lombroso já tinha abandonado parcialmente o “delírio” acerca da “fisionomia criminalóide”. Conforme Darmon, se em 1876 Lombroso “estimava em 95% a proporção de criminosos do tipo criminalóide, essa proporção cai para 35% vinte anos depois, em *A mulher criminosa*” (1991, p. 65). Contudo, embora no contexto do ensaio que estamos interpretando as teorias lombrosianas já estivessem desacreditadas - pela crítica dos próprios pares positivistas, que enveredaram pela trilha da sociologia criminal - a relação entre traços físicos, fealdade e crime ainda permanecia tema a ser debatido no campo dos estudos criminais, bem como presente no senso comum ou no “lombrosianismo vulgar”, motivo pelo qual Sánchez não deixou de fazer o esclarecimento que consta na epígrafe deste tópico.

O autor de *O caudilhismo criminal na América do Sul* considerou fundamental advertir, para evitar que os leitores considerassem-no mentiroso, que João Francisco não era “um índio alto, teimoso, cabeludo, com a cara cheia de talhos, pústulas e cicatrizes, e senão vesgo, caolho”, quer dizer, sua fisionomia não era a do “tipo criminalóide”. Ao contrário, o caudilho é descrito como um elegante tipo militar, que vestia uniformes modernos, tinha gestos tranquilos, expressão sorridente, nariz perfeitamente desenhado, olhos muito negros que pareciam “delineados”, mãos pequenas, suaves e bem cuidadas e “pele de mulher ruborizada”. Falava fluidamente, em tom simples e agradável. Sanchez nota, entretanto, uma falha: o olhar, “síntese de paixões e sentimentos”, apesar de confessar não ter visto direito, pois refere não ter conseguido olhar nos olhos de João Francisco.

Como estamos procurando demonstrar, a imagem de João Francisco foi objeto de disputas ao longo da história, o que ocorria no calor dos acontecimentos. Os escritos de Sánchez e a narrativa da imprensa

maragata subsidiaram a alcunha de *Hiena do Cati*, que entrou para a posteridade e que foi formulado por Ruy Barbosa, que o atacava com o objetivo de atingir seu adversário político, Pinheiro Machado, correligionário de João Francisco.

Axt pontua que a comparação – constante no texto de Sánchez - com o “caudilho argentino Facundo Quiroga impactou João Francisco”, que fez o que pode para se afastar do estigma, procurando apresentar a si mesmo, juntamente com Aparício Saraiva, Floriano Peixoto, Quintino Bocaiúva e Pinheiro Machado “como paladinos libertários sintonizados com a modernidade” (2021, p. 69).

Este objetivo foi levado a sério e contou com o apoio do próprio Pinheiro Machado, que para desfazer a imagem de assassino sanguinário da *Hiena do Cati*, organizou uma viagem do comandante ao Rio de Janeiro, capital da República (CAGGIANI, 1997, p. 102). Em relatos do jornalista Germano Hasslocher publicados no jornal *A Federação*, ficamos sabendo que em meio a banquetes regados pelos cobiçados vinhos da adega de Pinheiro Machado, os convivas não encontraram o gaúcho bronco que esperavam, “um brutamontes de barbas arruivascadas, com um cabelo emaranhado, de maneiras rebarbativas, de fala grossa, de gestos descompassados, metido em bombachas, de lenço no pescoço”. Ao contrário, depararam-se com um “homem fino, elegante, amaneirado, trajando rigorosamente na moda, bem barbeado, limpo, perfumado, era o tal de João Francisco tão falado” (HASSLOCHER, 1905, *apud* CAGGIANI, 1997, p. 104). Até mesmo Ruy Barbosa, “que tantas vezes se referira a ‘hiena do Cati’, sentava-se agora, confiado, a seu lado” (HASSLOCHER, 1905, *apud* CAGGIANI, 1997, p. 108).

Em 1907, quando Coelho Netto chegou ao Cati, esperava encontrar a “sinistra mansão da morte”:

(...) os ergástulos cavados até as humidas profundezas, as grossas correntes, os cepos ainda vermelhos de sangue, os facalhões de fino gume, os machados, as adagas, os borze-guins para a trituração dos pés, os guantes ferreos para o

O caudilhismo criminal na América do Sul

esphacelamento das mãos, as gargalheiras apuadas, os leitos com estrados de ponta, todas as maquinações infernaes de um immenso solar de supplicios, e montes d'ossos, caiveiras, tabidas, mumias resequidas em troncos... o horror! O horror! (1907, p. 267/268).

Quando apeou da diligência, entretanto, sua impressão se desfez, ao avistar crianças sorridentes e, logo após, João Francisco, a quem descreve como um homem “alto, espadaúdo, airoso, tez morena, os olhos negros, altivos, cheios de energia e sagacidade, olhos que dominam e vêm na treva, olhos que detém arrancadas como lanças em riste”. Em suma, “era a feição de um forte, de um verdadeiro pastor de homens” (1907, p. 268)

Os elogios à elegância de João Francisco são comuns aos textos laudatórios e aos críticos. Hoje, já distantes das concepções fundadas pela criminologia positivista que relacionam aparência física e crueldade, sabemos que o trato gentil e a barba aparada não eximem ninguém de denúncias de violências praticadas, sobretudo quando o personagem histórico gozou de significativo poder e comandou homens armados em um contexto de ódio e conflitos de sangue. Também já temos vivência no estudo dos problemas do crime e da pena para saber que aos visitantes de uma instituição total não se permite o acesso a todas as instalações e que as agências policiais e punitivas mantêm segredos.

O que nos parece, portanto, é que Florencio Sánchez argumenta no sentido de descolar a barbárie da fealdade ou da anormalidade física. É dizer: afirma que João Francisco era um bárbaro caudilho, autor de atrocidades, apesar de ser um *gentleman* e de não ter a “fisionomia criminalóide”. E propõe que a gênese dos atos de extrema violência protagonizados pelas forças do Cati devia ser perscrutada nas características socioeconômicas da região – terra nas mãos de escassos proprietários, exploração primitiva da pecuária, comércio fundado no contrabando e no abigeato, precariedade institucional -, bem como nos efeitos criminógenos da guerra, que “demoliu toda a obra do progresso deixando a semente da antropofagia política”.

5. Considerações finais

... Outra vez, era de manhã. A gurizada também se mobilizou. Lá estavam todos, rodeando a polícia e os presos. Os presos eram uns “índios” maltrapilhos. Muitos se achavam descalços. A cara escura parecia mais escura pelo medo. Estavam atados pelo pescoço, uns nos outros, por meio de uma guasca muito comprida. Eram os sobreviventes. Dez ou doze. A grande maioria tinha sido degolada. Informava-se ali que o Tenente – um tenente do Cati – tivera de, em plena carnagem, mudar o dólma de pano preto – que ficara todo ensofado de sangue. (Naquela “batida” ele era o comandante da força). – O Tenente passou rapidamente pelo ponto onde se achavam os guris: tinha as feições excessivamente pálidas, finas...

Dyonélio Machado (*O Louco do Cati*).

Levando em conta o conceito de campo, no sentido desenvolvido por Bourdieu, podemos afirmar que o veículo de difusão no qual o texto foi publicado, a revista *Archivos de Psiquiatria, Criminología, Medicina Legal y Ciencias Afines*, fundada por José Ingenieros, em 1902, situa o texto de Sánchez do campo da criminologia e, mais amplamente, dos saberes sobre a questão criminal. Conforme Chies, “a publicação do texto numa revista como a *Archivos*, ainda que nascente, mas já credenciada por toda a respeitabilidade de seus fundadores, dá um estatuto diferente daquele até então obtido pelos seus escritos em relação ao tema (...)” (2022, p. 79).

De modo que para finalizar este estudo vale salientar um elemento: João Francisco Pereira de Souza foi - na última década do século XIX e a primeira do século XX – o que podemos chamar, correndo o risco de anacronismo, um agente do sistema penal. Como vimos, foi tenente de Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional; tenente-coronel de tropa de provisórios na guerra federalista e, na sequência, do Regimento Provisório do Cati, que era adido à Brigada Militar. Neste papel, cumpria a função de policiamento da campanha, da fronteira e da própria cidade de Sant`Ana do Livramento.

Na condição de candidato a intendente de Sant`Ana do Livramento, em 1916, priorizava a segurança pública e na plataforma de

governo prometia organizar a Guarda Municipal da cidade, como preceituava a Constituição Estadual de 1891, que seria modernamente equipada e disciplinada e que zelaria pela ordem pública, pela propriedade, pela vida e pelo lar dos santanenses (CAGGIANI, 1997, p. 121). Teorizava sobre a situação do gaúcho pobre, expulso das estâncias diante das mudanças nas formas de produção, que não mais encontrava ocupação lícita e convertia-se em “gatuno”, e propunha a criação de colônias agropecuárias, que obrigaria os “vagabundos” ao trabalho (CAGGIANI, 1997, p. 123).

Quando o Cati foi extinto recusou a incorporação à Brigada Militar, embora posteriormente, com idas e vindas, tenha obtido a aposentadoria própria de um coronel da Brigada. Passou então a exercer o cargo de chefe de polícia da região, como informa Caggiani, que ressalta que nesta condição “já não dispunha daquele enorme poderio e da força ilimitada que lhe fora dada por Júlio de Castilhos (1997, p. 145). Segundo Ayçaguer, “cuando la fuerza militar bajo su mando fue disuelta en 1908, asumió la jefatura política de los municipios de Quaraí y Livramento; y en enero de 1909 fue designado Sub-Jefe de la 3ª Región Policial” (2019, p. 6). De militar, em tempos de guerra e de paz, passou a exercer cargos civis na Polícia Judiciária¹¹.

Portanto, é importante notar que o ensaio criminológico de Florencio Sánchez, no qual se imputam atrocidades ao comandante e aos comandados do Cati, constitui uma crítica a um aparelho policial e punitivo e, especificamente, a um agente da ordem pública. Em síntese, no estudo do dramaturgo uruguaio, os criminosos vestiam farda. *Ordem pública! Ordem pública! gritava apavorado o louco do Cati.*

¹¹ Para a compreensão da organização policial do período em questão, cf. KARNIKOWSKI, 2010, p. 137.

6. Referências:

- AXT, Gunter (org.) **As guerras dos gaúchos. História dos conflitos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Nova Prova, 2008.
- _____. **Ordem e terror limite: a cidadela do Cati na fronteira do Brasil com o Uruguai, entre 1896 e 1909**. *Cadernos do Lepaarq*, v. XVIII, n.35, p. 57-81, Jan-Jun. 2021.
- AYÇAGUER, Ana Maria Rodriguez. Levantamientos armados y “diplomacia marginal”. João Francisco Pereira de Souza y las redes políticas del gobierno uruguayo en la frontera con Brasil (1908 y 1910). In: *Revista ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB - Año XI - Diciembre - 2019 - N° 22*.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. **Os crimes da ditadura: a história contata pelo dragão**. Organizado por organizado por CABEDA, Corálio; SEELIG, Ricardo; AXT, Gunter. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial, 2002.
- CAGGIANI, Ivo. **João Francisco – A Hiena do Cati** (2ª edição). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. **Atitudes cognitivas: o arquétipo “gaúcho”**. Pelotas: Ed. do Autor, 2021.
- _____. **O caudilhismo criminal na América do Sul: uma análise como documento**. In: SÁNCHEZ, Florencio. **O caudilhismo criminal na América do Sul**. Pelotas: Luiz Antônio Bogo Chies, 2022, pp. 71-92.
- COELHO NETTO, Henrique Maximiano. O Coronel João Francisco. In: *Renascença - Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes*. Rio de Janeiro: Bevilacqua, 1907; Ano IV, n° 40, p. 267 a 270.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões: volume II**. São Paulo: Abril, 2010.
- DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FERREIRA, Filho, Arthur. **Revolução de 1923**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1973.

- KARNIKOWSKI, Romeu. **De Exército Estadual à Polícia Militar: o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892 – 1988)**. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.
- LEAL, Ondina Fachel. **Os gaúchos: cultura e identidades masculinas no pampa**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2021.
- LEMOS BRITTO. **O Crime e os Criminosos na Literatura Brasileira I**. São Paulo: José Olympio, 1946.
- MACHADO, Dyonelio. **O Louco do Cati** (4^o edição). São Paulo: Ática, 1984.
- MARIANTE, Hélio Moro. **Crônica da Brigada Militar Gaúcha**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.
- MARTINS, Cyro. **Estrada Nova**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **Benjamin Abrahão: entre anjos e cangaceiros**. São Paulo: Escrituras, 2012.
- PEREIRA, Maristela Silva. Um estudo sobre a participação dos coronéis borgistas nos conflitos armados da República Velha Rio-Grandense. **Revista Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v.xx, n.2, p. 27-43, dezembro, 1994.
- PINTO, Paulo Brossard de Souza. A Revolução de 1923. In AXT, Gunter (org.) **As guerras dos gaúchos. História dos conflitos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Nova Prova, 2008.
- REVERBEL, Carlos. **Maragatos e Pica-paus. Guerra Civil e Degola no Rio Grande**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

O caudilhismo criminal na América do Sul: uma análise como documento

Luiz Antônio Bogo Chies

1. Introdução

O texto de Florencio Sánchez, *O caudilhismo criminal na América do Sul*, deve ser considerado um instigante documento acerca de um tipo humano, social e político característico da América Latina, mas que nos territórios do Pampa e do Cone Sul (em especial Argentina, Uruguai e o estado brasileiro do Rio Grande do Sul) intensificou-se em expressões de suas características: o caudilho.

CAUDILHO (BRAS) S.m. – Comandante militar e chefe político de grande expressão carismática e extenso âmbito territorial (e até institucional) de atuação (DS, PA, AD, AM, AJ, FP, CM, IP), que teve muita influência na condução dos destinos dos povos pampeanos, do Prata ao Rio Grande do Sul, durante todo o séc. XIX e até a primeira quarta parte do séc. XX. (SCHLEE, 2019, p. 221)

Sánchez trata de um sujeito histórico: João Francisco Pereira de Souza (1866 – 1953); liderança política e militar, na transição do século XIX ao XX na região do município de Sant’Ana do Livramento, o qual compartilha linha de fronteira entre o Brasil (Rio Grande do Sul) e o Uruguai, este representado pela cidade e Departamento de *Rivera*.

Acessar o texto na perspectiva de que João Francisco se trata de um caso atípico, excepcional e extraordinário de caudilho pampeano é, entretanto, um equívoco que pretendemos evitar. Confluências de circunstâncias favoreceram que João Francisco fosse o personagem

histórico dos escritos de Sánchez. Muito do que este registra poderia, em similares situações e impressões, ser escrito sobre outros caudilhos da época, tais como: Gumercindo Saraiva (1852 – 1894) e Joca Tavares (João Nunes da Silva Tavares, 1818 – 1906), entre outros que, também como protagonistas, vivenciaram as turbulências do mesmo período histórico nas fronteiras entre Brasil e Uruguai.

Faz sentido, portanto, desde já se destacar que o título do texto de Sánchez, publicado originalmente em 1903 numa ainda nascente revista argentina de pretensões científico-criminológicas (*Archivos de Psiquiatria, Criminología, Medicina Legal y Ciencias Afines*), evoca algo mais amplo do que somente o caso de João Francisco: *El caudillaje criminal en Sud América* (O caudilhismo criminal na América do Sul), e não *El caudillo criminal...* (O caudilho criminal...).

Cabe, assim, que em relação ao texto se adote uma perspectiva de abordagem pertinente à análise documental, a qual será realizada nos termos propostos por André Cellard (2012), focalizado questões atinentes ao contexto, ao autor, à natureza do texto, seus destinatários, sua confiabilidade, seus conceitos-chaves e lógica.

2. O contexto

Quanto ao contexto de escrita do documento, não há como compreendê-lo sem que se retroceda à formação sociopolítica dos territórios pampeanos da atual fronteira Brasil-Uruguai. O historiador Jaime Cortesão (1954), denominando-o de Território de Sacramento, em alusão à Colônia de Sacramento, fundada em 1680 pela Coroa Portuguesa em frente à espanhola *Buenos Aires*, na desembocadura do Rio da Prata, contextualiza sua origem na seguinte síntese:

[a] região de que nos estamos ocupando era constituída pelas chamadas vacarias do Uruguai ou do Mar, que se estendiam desde o Rio Uruguai até à costa atlântica, desde a margem setentrional do estuário platino até às vacarias dos Pinhais, cerca dos limites entre os atuais Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Terra de ninguém, foi disputada durante quase dois séculos pelos Padres da Província do Paraguai e, mais particularmente dos chamados Sete Povos, pelos portugueses da Colônia, da Laguna e do Rio

Grande de São Pedro, e pelos espanhóis de Buenos Aires, Montevideu, Santa Fé e Corrientes. (CORTESÃO, 1954, pp. 135-136)

Outra peculiaridade na trajetória sociopolítica desses territórios foi a exploração econômica do gado, em especial o bovino, que, nos séculos XVII e XVIII, existia em abundância e em estado selvagem.

A vaqueria – “na época colonial, matança de gado, praticada a céu aberto, para a extração de couro e graxa” (SCHLEE, 2019, p. 917) – é seu modo original. Sucodem-lhe graduais aprimoramentos de manejos pastoris, mas todos associados a práticas e rotinas que envolvem reunir, matar, esfolar, carnear, esquartejar entre outras ações cruéis (no sentido de sua origem etimológica latina, a partir da qual o cruor é o sangue derramado de modo violento).

Não se esgotam nesses aspectos as peculiaridades da formação social, econômica e política do contexto no qual será escrito o texto de Sánchez, mas esses já oferecem substanciais pistas daquilo que será o substrato das chamadas sensibilidades bárbaras, analisadas pelo historiador uruguaio José Pedro Barrán (2015) como vigentes em seu país ao menos até 1860: “‘barbárie’, quer dizer, a sensibilidade dos ‘excessos’ no jogo e no ócio (sua consequência improdutiva), na sexualidade, na violência, na exibição ‘não respeitosa’ da morte (...) (...) desordem dos instintos” (2015, p. 12)¹.

No Uruguai, assim como no Rio Grande do Sul do século XIX, ampliam-se as diferenças entre as capitais, as cidades portuárias, e o interior, predominantemente pecuário: a campanha. A modernização – por muitos considerada civilizatória – se por um lado avança com linhas férreas e locomotivas, encontra resistência nas internalizadas sensibilidades bárbaras da região.

Os processos de emancipação política dos nascentes Estados sul-americanos, em especial a Argentina e o Uruguai, só se resolvem

¹Todas as citações de textos e fontes acessadas em língua espanhola foram traduzidas, de forma livre, pelo autor.

após intensos conflitos. Acompanhando os registros de Vitor Izecksohn (2005) podemos compor o quadro abaixo:

QUADRO 1 - Principais conflitos armados na Região do Rio da Prata, 1816-1870.

Conflito(s)	Período
Anexação do Uruguai	1816
Guerra Cisplatina	1826-28
Guerra Grande	1838-50
Bloqueio naval de Buenos Aires	1848-50
Campanha contra Rosas e Oribe	1852-53
Intervenção no Uruguai	1864-65
Guerra do Paraguai	1864-70

Fonte: DONGHI, *apud* IZECKSOHN, 2005, p. 97.

A estes dados se podem somar, ainda, os combates e campanhas militares que se desenvolveram no contexto da Guerra de Independência da Argentina, entre 1810 e 1816; as chamadas Revoluções Artiguistas, sob o comando do caudilho José Gervásio Artigas na Banda Oriental (Uruguai); e a própria Revolução Farroupilha que, entre 1835 e 1845, sustentou a separação do Rio Grande do Sul em relação ao Império do Brasil.

Foram conflitos nos quais emergiram e se consolidaram lideranças locais e regionais, sempre em detrimento de outras lideranças, sejam as dos antigos regimes (em especial para os territórios do espanhol Vice-Reinado do Rio da Prata), sejam as da perspectiva em implantação (modelos de estruturas republicanas, também, para a época até 1889, em prevalência para os territórios hispânicos).

Tantos conflitos, tantos vitoriosos e emergentes, assim como derrotados e decadentes, muitas vezes se alternando no curso das reviravoltas beligerantes, contribuíram para gerar uma sociedade de polarizações, de disciplinas e lealdades que se demandam (e para as quais as respostas são regalias ou, quando negadas, castigos), de rancores que se guardam e de vinganças que se executam.

Na década final do século XIX muito já estava formalmente resolvido, mas muito ainda estava por se resolver. Dois movimentos são relevantes nesse período:

No Brasil, a proclamação da República em 1889 e seu período inicial de estruturação política e administrativa acendeu divergências de interesses tanto dos privilegiados no antigo regime (monárquico),

como dos que defendiam perspectivas republicanas (no Rio Grande do Sul, em 1893, dá-se o início oficial da chamada Revolução Federalista – ou, Revolução das Degolas – que durará até 1895, envolvendo também os estados de Santa Catarina e Paraná).

No Uruguai, que avança em sua modernização, ocorre a Revolução de 1897, cujo desdobramento produzira também a de 1904 (já posterior ao texto de Sánchez). Conforme o historiador Roberto Ares Pons: “serão as últimas grandes jornadas da resistência crioula perante o avanço da modernidade que desde a Cidade-Porto irradia sua influência vitoriosa” (1986, p. 102)².

Sensibilidades bárbaras; polarizações de interesses político-econômicos e de compreensões quanto ao que seria um projeto de república civilizada; rancores acumulados. Tudo isso compõe o pano de fundo do cenário no qual se encontra Florencio Sánchez em 1897, engajado em tropas revolucionárias que, sob a liderança do caudilho Aparício Saraiwa (*Partido Blanco*), lutavam contra o governo do presidente uruguaio Juan Idiarte Borda (*Partido Colorado*). Era, contudo, um “periodista metido a guerreiro”, como lhe qualifica seu biógrafo Fernando García Esteban (*Apud* TURNES, 2010, p. 28).

Sua presença, e posterior ausência, nos campos de batalha – como veremos adiante – será significativa experiência para que se analise o conteúdo do texto *O caudilhismo criminal na América do Sul*.

3. O autor

Sánchez nasce em *Montevideo*, em 07 de janeiro de 1875. Com cerca de um mês de vida, sua família se muda para a cidade interiorana de *Treinta y Tres*, na qual viverá até os sete anos, tendo contato com a vida e os costumes rurais e com as tendências partidárias *blancas*.

Em 1882 a família se muda novamente, agora para a cidade de *Minas*, também interiorana, não obstante mais próxima da capital.

²No contexto, o termo crioula deve ser entendido como fazendo referência àquilo que é originário e característico da região pampeana em sua perspectiva rural e interiorana. A expressão Cidade-Porto é uma alusão a Montevideú, capital uruguaia.

Em *Minas* obtém seu primeiro emprego em 1890, como escrevente na Junta Econômico-Administrativa. Também ali, entre julho de 1891 e janeiro de 1892, colabora como jornalista no diário *La Voz del Pueblo* e publica, sob pseudônimos, artigos que “ridicularizam os membros da Junta Econômico-Administrativa de *Minas*, que o emprega, e as instituições públicas” (GNUTZMANN, 2021, s.p.).

Demitido em março de 1892, ainda naquele mesmo ano se muda para *La Plata* (Argentina), onde passa a trabalhar na recém fundada Oficina de Estatística e Antropometria: “trabalho que incluía tomar as impressões digitais de delinquentes, o que lhe dá a oportunidade de conhecer o submundo urbano, seus tipos e gírias, conhecimento que aproveitará mais tarde em suas obras dramáticas sobre a miséria urbana” (GNUTZMANN, 2021, s.p.).

O fechamento da Oficina de Estatística e Antropometria, em 1894, o faz retornar ao Uruguai. Seu período na Argentina, entretanto, incluiu seu desenvolvimento literário como escritor e dramaturgo, bem como o colocou em contato com diferentes tipos de intelectuais, dentre os quais José Ingenieros (1877 – 1925) que, entre 1902 e 1913, será o diretor da revista científica *Archivos de Psiquiatria, Criminología, Medicina Legal y Ciencias Afines*, na qual será originalmente publicado o texto *O caudilhismo criminal na América do Sul*.

No Uruguai volta a atuar como jornalista: “Escreve crônicas policiais, reportagens e breves contos” (GNUTZMANN, 2021, s.p.). Também realiza traduções do francês e do italiano; mas se dedica às reuniões e conversações literárias e políticas em cafés, fortalecendo as perspectivas anarquistas que já está a assumir (GNUTZMANN, 2021, s.p.).

As fontes e biógrafos que acessamos não esclarecem com detalhes as motivações, para além das tendências familiares em relação ao *Partido Blanco*, que o impulsionam aos campos de batalha na Banda Norte do Uruguai³. Fato é que no dia 14 de maio de 1897 o jornalista,

³ Seguindo as considerações do historiador uruguaio Eduardo R. Palermo, a Banda Norte do Uruguai compreende os territórios que se estendem do Rio Negro à fronteira com o Brasil. Ao sul, sustenta Palermo, no século XIX havia significativa influência da capital e Cidade-Porto Montevideu; ao norte: “claro predomínio social, cultural e econômico brasileiro, com extensas estâncias, mão de obra escravizada e vínculos comerciais com os centros charqueadores do Rio Grande do Sul” (PALERMO, 2014, p. 20).

literato, dramaturgo em formação e anarquista Florencio Sánchez, está em *Cerros Blancos*, próximo à fronteira com o Brasil, sob fogo da artilharia inimiga.

Nestas circunstâncias, tal como outros combatentes *blancos*, foge da luta aos sons dos gritos do caudilho Aparício Saraiva, líder revolucionário: “- Frouxos! Frouxos!”

É evento icônico. Fernando García Esteban esclarece o peso (colérico e desdenhoso) dos gritos de Saraiva:

– Frouxos!

Esse qualificativo tem maior força denegridora para os orientais do que para outros povos; sempre se entendeu que era menos um ladrãozinho e mais um covarde. (*Apud* TURNES, 2010, p. 28)

O impacto em Sánchez é significativo, tanto que sob o título de *Cartas de um flojo* (*Cartas de um frouxo*) serão publicadas as três cartas dirigidas a Antonio Bachini, redator do periódico *El País* (de *Buenos Aires*), onde foram inicialmente publicizadas em 24 de setembro e em 8 e 16 de outubro de 1900 (GNUTZMANN, 2021, s.p.).

Em tais cartas – intituladas: *¡Orientales y basta!*; *No creo en Ustedes*; e, *Ídolos gauchos* – Sánchez explicita, “(...) com sarcástica crueza, o desencanto doloroso de seu tradicionalismo romântico (...) (...) satirizando com a mais aguda sanha o culto crioulo da coragem, o caudilhismo partidarista e o nacionalismo retórico (...)” (FELDE, Alberto Zum *apud* TURNES, 2010, p. 18).

Mas mais um evento favorece o culminar de suas decisões, as quais o colocaram em contato com João Franciso em Sant^a Ana do Livramento.

Derrotadas as tropas *blancas* na batalha de 14 de maio de 1897, acampam próximo à fronteira:

Ali passam horas bastante inquietas, ainda que se trate de um intervalo pacífico, enquanto se pactua o armistício; (...)

É por essa época – e de um tempo atrás – que Florencio publica seu jornal. Publica...; bom; de alguma maneira se deve dizer⁴.

⁴ Era denominado *El Combate*, escrito a mão em folha de mais ou menos meio metro quadrado, sendo passado de mão em mão entre os demais soldados (TURNES, 2010, p. 29).

Apesar de ser voluntário, Florencio observava a guerra, os homens e os acontecimentos todos, desde um ponto de vista pessoal, obviamente satírico. (...)

A tal folhinha tinha marcado sabor humorístico e até pecava, inclusive, por ser tosca e insolente; foi amplamente apreciada pelo que a leram. (...) (TURNES, 2010, p. 29)

Contudo, como salienta Antonio L. Turnes, de uma inicial característica debochada, as publicações assumiram perspectivas provocativas e:

No último número de seu jornal, Florencio havia deixado deslizar alguns juízos pouco agradáveis acerca de seu superior [Juan Francisco Mena]; o texto chegou ao conhecimento de Mena que, com o sangue fervendo, fez comparecer perante de si o perseguido culpado. A cena transcorreu com fortes gritos e explícita tensão (...) (2010, pp. 30-32)

Com esse episódio, prossegue Turnes: “Florencio se decidiu separar dos *blancos* e desconhecer toda ascendência política familiar, adotando curso novo. Dalí escapou ao Brasil, e teria as experiências que relataria mais tarde em *El Caudillaje criminal en Sudamérica*” (2010, p. 32).

E não deixa de ser curioso se fazer notar a similitude de nomes entre seu comandante direto – Juan Francisco Mena – e aquele com o qual se aproxima e recebe certo abrigo em Sant’Ana do Livramento e que, anos depois, tornar-se-á seu arquétipo do caudilhismo criminal na América do Sul: João Francisco Pereira de Sousa.

Quanto retorna a *Montevideo*, Sánchez retoma suas atividades como jornalista e frequenta o Centro Internacional de Estudos Sociais, entidade que agrupa intelectuais e trabalhadores de tendência anarquista. Dedicava-se à dramaturgia e, inclusive, “escreve duas obras dramáticas em um ato, *¡Ladrones!* (mais tarde *Canillita*) e *Puertas adentro*, que foram representadas por um grupo do Centro em 1897” (GNUTZMANN, 2021, s.p.).

Eis, em traços gerais, o autor de *O caudilhismo criminal na América do Sul* quando da época de sua escrita: jornalista com habilidades literárias e tendências sarcásticas; anarquista e crítico do culto aos caudilhos (traço que desenvolve em decorrência de sua experiência na Revolução de 1897); intelectual boêmio; dramaturgo, ainda sem significativo reconhecimento no cenário cultural da região. Em 1903, pode-se

dizer, Sánchez ainda está em busca de oportunidades e valorização de suas obras e perspectivas literárias. E este ano lhe será um ponto de inflexão em sua trajetória.

4. A natureza do texto e seus destinatários

A amizade com José Ingenieros e o fato deste, em 1902, ter fundado a revista científica *Archivos de Psiquiatria, Criminología, Medicina Legal y Ciencias Afines*, pioneira publicação do gênero na América Latina (MARIÁTEGUI, 2000), foi, sem dúvida, determinante para o aparecimento do texto *O caudilhismo criminal na América do Sul*.

Tal revista “expressou ideias positivistas e abordou uma série de problemas sociais de relevância para a época, como as doenças mentais, o alcoolismo, a delinquência e condutas marginais” (DOVIO, 2012, s.p.). Em seus números haviam seções referentes a artigos, variedades e documentos, bem como análises de livros e revistas (DOVIO, 2012, s.p.).

Pertinente, então, que recepcione o texto de Sánchez que, não podendo ser considerado científico (e ele mesmo o propõe como escrito mais ao estilo de crônica, de forma episódica e anedótica⁵), evocava um tema de peculiar interesse na compreensão das sociedades e estados latino-americanos.

A publicação do texto numa revista como a *Archivos*, ainda que nascente, mas já credenciada por toda a respeitabilidade de seus fundadores, dá um estatuto diferente daquele até então obtido pelos seus escritos em relação ao tema: suas *Cartas de un flojo* e dois (prováveis) relatos anteriores sobre João Francisco, além de um público leitor intelectualizado nos temas de interesse da revista científica.

Sob tais anteriores textos, registra Gunter Axt (2021):

Em 1901, a influente revista buenairense *Caras y Caretas* publicou um artigo de autoria anônima, mas atribuída a Sánchez, que então colaborava com o hebdomadário usan-

⁵ O gênero/estilo anedótico não comporta apenas a narrativa de fatos jocosos, mas, também, de fatos curiosos “que acontecem à margem dos eventos mais importantes de uma determinada personagem ou passagem históricas” (COSTA, 2008, p. 382)

do um pseudônimo. Intitulado *Las hazañas de Joao Francisco. El jaguar de Caty*, (...)

(...)(...)

Em setembro de 1903, *Caras y Caretas*, em outro texto anônimo, mas possivelmente redigido por Sánchez, repisou em duas páginas ricamente ilustradas a fama sombria de João Francisco, senhor supremo de Livramento, descrita como terra primitiva, pobre, inculta e sem lei, cujos habitantes se entregavam às práticas do contrabando e do abigeato e onde campeava a degola. (2021, p. 68)⁶

E cabe registrar que mesmo para aqueles que analisam a obra de Sánchez avançando para além de 1903, incluindo, portanto, seu período de dramaturgo já consolidado, o tema do caudilhismo é localizado como uma de suas obsessões:

Três obsessões que se manifestaram em sua etapa uruguaia, e que se entrelaçam com a conflitiva relação com seu país de origem, sobreviveram no teatro maduro de Sánchez: um, a crítica à partidocracia e aos “politiqueiros” urbanos; dois, o tema do caudilho, das guerras civis e das hostes camponesas que os seguem; três, os problemas sociais dos cidadãos das classes populares. (ROCCA, 2021, s.p.)

5. Confiabilidade

Quanto à confiabilidade do conteúdo do texto *O caudilhismo criminal...* há certo consenso de que Sánchez “exagera a incultura e a selvageria do personagem” (GNUTZMANN, 2021, s.p.), mas, ainda assim entendemos ser possível se sustentar a confiabilidade de suas percepções quanto às sensibilidades bárbaras vigentes na época nas regiões mais diretamente envolvidas nos conflitos entre as facções políticas das repúblicas em consolidação.

⁶ Ambos os textos podem ser acessados através do site da *Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional de España*: <http://hemerotecadigital.bne.es/>
Las hazañas de João Francisco: el Jaguar de Caty. Caras y Caretas, Buenos Aires, 31 de agosto de 1901, n. 152, p. 41-42.
Joao Francisco Pereira en su cuartel de Caty. Caras y Caretas, Buenos Aires, 12 de setembro de 1903, n. 258, p. 41-42.

Não obstante, existem severos críticos do texto de Sánchez. Ivo Caggiani (1988), em obra sobre a biografia de João Francisco, reproduz texto publicado em 1968 pelo advogado santanense Érico Maciel, “figura de projeção do Partido Federalista” (CAGGIANI, 1988, p.81).

Intitulado *Alimpando Aleives*, o texto de Maciel considera que Sánchez deturpa os acontecimentos locais “sob o influxo de sua brasilofobia, [para] vestí-los publicitariamente das roupagens da fantasia ultrajante, da felonía, da calúnia, apresentando a terra que o acolhera como um selvagem valhacouto de bárbaros degoladores!” (*Apud* CAGGIANI, 1988, p. 81)

Maciel, adversário político de João Francisco, registra que prescindiu de comentar os juízos de Sánchez a respeito daquele que, ao seu ver, é figura que pertence à história dado seu papel político e militar, cabendo, pois, aos historiadores essa tarefa (*Apud* CAGGIANI, 1988, p. 81).

Não deixa, entretanto, de reconhecer que em Sant’Ana do Livramento, naqueles anos finais do século XIX, “era, ainda, conturbada a vida local” (MACIEL *apud* CAGGIANI, 1988, p. 81), bem como “que, finalmente, essa ‘degola’ era o ‘mot d’ordre’ entre nossa gente, o meio corrente de eliminação e, inclusive, de suicídio” (MACIEL *apud* CAGGIANI, 1988, p. 85).

Em texto mais recente Axt (2021) é, também, severo em suas considerações, apesar de reconhecer a existência de fundos de verdade:

Sánchez erra datas (...), infla cifras (...); exagera em relatos, (...). Mas em tudo havia um fundo de verdade, o que, aliado à invocação da legitimidade do testemunho ocular, tornava seu ensaio tão vivo. Sánchez foi, nesse caso, um mestre do que hoje chamaríamos de Fake News. (2021, p. 70)

Os equívocos de Sánchez – datas, cifras, relatos – podem, por hipótese que nos permitimos aqui registrar, serem decorrências de suas fontes. Acaso em seu período de proximidade e convivência com João Francisco, em Sant’Ana do Livramento, Sánchez não tenha mantido um “diário de campo” (talvez por sequer planejar escrever sobre o tema), ou mesmo que tenha elaborado um, ou algo similar, é provável que, dada as polarizações políticas da época: 1) suas fontes orais não tenha sido precisas em muitos pontos; 2) posteriores consultas em pe-

riódicos da época, igualmente polarizados e vinculados aos partidos e facções políticas em oposição, também tenham lhe ofertado relatos que, com fundos de verdade, eram matizados pelas orientações político-editoriais nas quais tinham origem.

Leituras de obras da época, em especial as que abordam os conflitos antes, durante e depois da chamada Revolução Federalista (1893 – 1895), revelam como as narrativas dos fatos eram dimensionadas ao sabor das orientações e compromissos políticos dos autores.

Bom exemplo é o cotejo de duas obras:

De Euclides B. de Moura, *O vandalismo no Rio Grande do Sul* (2000), publicado originalmente em 1892 (anterior à data de oficial início da Revolução Federalistas), na qual o autor (Republicano) apresenta um conjunto de relatos – da imprensa e obtidos a partir das próprias vítimas – dos crimes cometidos (assassinatos, muitos por degola; estupros; roubos; depredações; entre outros) pelos Federalistas no período de 23 de novembro de 1891 a março de 1892;

De Rafael Cabeda e Rodolpho Costa, *Os crimes da ditadura* (2002), com edição original em 1902, no qual os autores (Federalistas) por similares fontes apresentam, então, os crimes (em igual rol) cometidos pelos Republicanos entre 1889 e 1899.

Em ambos o adversário/inimigo é demonizado, suas (in)sensibilidades bárbaras são destacadas, os caudilhos oponentes são apresentados como monstros sanguinários e os da própria causa como heróis/mártires civilizadores. Mas em todos os fatos, há um fundo de verdade.

E fato é, como reconhece Maciel, que a degola – uma manifestação que sustentamos estar associada às sensibilidades bárbaras – era “o meio corrente de eliminação” (*apud* CAGGIANI, 1988, p. 85); por vezes, e não raras vezes, complementada por castrações e outras mutilações realizadas ainda em vida, ou já em relação ao cadáver do adversário/inimigo.

Em estudo que recolhe e analisa as narrativas de degolas e degoladores em textos relacionados ao período de 1889 a 1930 no contexto dos conflitos político-faccionais sul-rio-grandenses, Ney Eduardo Possapp d’Avila (2012) registra que: “Nas guerras civis gaúchas os clarins, além de soar os usuais toques de comando e aviso, soavam o toque de ‘degola’. O toque de ‘degola’ era usado o mais das vezes como arma psicológica” (2012, p. 19).

O reconhecimento das práticas cruéis, que foram gerais na região e no contexto dos conflitos da última década do século XIX na região, está em diferentes fontes. *As Narrativas Militares*, de José Carvalho Lima (2014), soldado cearense que, em 1893, chega ao Rio Grande do Sul como parte do 11º Batalhão de Infantaria do Exército, não só ofertam relatos de degolas e outras mutilações, mas incorporam a Ordem do Dia do General Innocencio Galvão de Queiroz, emitida em 24 de agosto de 1895, após a assinatura da paz em relação à chamada Revolução Federalista, na qual consta:

Havia uma parte de território da pátria em que os mais rudimentares sentimentos de humanidade e civilização tinham sido esquecidos.
Os atentados de todo o gênero, as crueldades praticadas na luta, eram uma ignomínia que nos fazia recuar aos tempos mais bárbaros dos povos selvagens. (QUEIROZ *apud* LIMA, 2014, p. 223)

Além do mais, as narrativas que personificam em João Francisco o caudilho bárbaro não se originam com o texto de Sánchez.

Já em 23 de agosto de 1893 um episódio o coloca em evidência perante as autoridades nacionais. Também mencionado por Sánchez, que se equivoca em relação ao ano, o evento se constituiu de uma invasão ao território uruguaio quando um grupo comandado por João Francisco e seu irmão, Bernardino Pereira, perseguiram oponentes federalistas. Das violências praticadas – e das quais foram absolvidos em posterior inquérito tanto João Francisco, como Bernardino – resultaram ao menos duas mortes, em relação às quais o governo brasileiro pagou indenização às famílias das vítimas.

Caggiani (1988, pp. 35-36), entretanto, reproduz publicação do jornal *Las Notícias*, de Rivera, na qual consta uma lista de sete pessoas degoladas, além de outras feridas; também menciona um estupro, saques e a captura de alguns brasileiros. Por data do evento, atribui a noite de 25 de agosto, quando se comemora a independência do Uruguai, o que torna ainda mais passional a reação daquele país: governo e cidadãos.

Finda a Revolução Federalista, uma campanha de denúncias é dirigida contra João Francisco pelas lideranças derrotadas.

Em 1897 o jornal Federalista *O Canabarro*, que era impresso em *Rivera*, publicou folheto intitulado *O Quadro Negro*, reunindo relatos de violências, crimes e ilegalidades promovidas por João Francisco. Este folheto foi incluído, em 1902, na obra *Os crimes da ditadura*, de Cabeda e Costa (2002), na qual se somaram outros eventos.

As repercussões dos eventos, denúncias e narrativas extrapolaram os territórios regionais. João Francisco passa a simbolizar a barbárie não só dos caudilhos, mas das próprias populações da campanha sul-rio-grandense⁷. Rui Barbosa passou a chama-lo de *Hiena do Cati*⁸, denominação que teria deixado de utilizar somente em 1905 quando João Francisco, numa viagem ao Rio de Janeiro, com sua presença física e personalidade culta e refinada não correspondeu, perante seu público, à fama que sua lenda produzia.

Em seus escritos próprios, e em especial na obra *Noventa e Três* (2019), publicada originalmente em 1934, João Francisco se considera um civilizador em oposição à barbárie. Reflete sobre os malefícios da guerra; sobre como:

As sucessivas guerras e guerrilhas do Prata e do Rio Grande do Sul, haviam feito fructificar os instintos da ferocidade e ao mesmo tempo o espírito salteador (...) (...) [E que] A ferocidade produziu os mais bestiais acontecimentos na história de nossas guerras e guerrilhas (...) (FRANCISCO, 2019, p. 59)⁹

Faz, ainda, considerações sobre os maus caudilhos, bem como sobre as exigências de condutas excepcionais que as guerras e revoluções impõem.

Praticamente nada nessa sua obra pode levar o leitor a concluir ser ele o caudilho criminal que faz sua fama. Não obstante, numa nota de rodapé, deixa claro, numa confissão que considera palatável ao leitor, como lidava com seus desafetos/inimigos:

⁷Veja-se, nesta mesma publicação, os registros feitos por Marcelo Mayora no texto *Os bárbaros do Cati*.

⁸Cati: referência à localização do Quartel das tropas comandadas por João Francisco.

⁹Não obstante a edição com a qual trabalhamos seja de 2019, reproduz o texto original de 1934, motivo pelo qual preservamos a ortografia da época.

Menna Barreto, obedecendo a vontade do Presidente Prudente de Moraes, havia entrado em conluio com os nossos inimigos e nos moviam uma terrível campanha de difamação, afim de conseguir que fossemos afastados da fronteira e elle pudesse livremente preparar o golpe que com Carlos Telles, planejara contra o Governo do Presidente Julio de Castilhos.

Em um encontro pessoal com o autor, Menna Barreto levou um grande susto e fugiu miseravelmente para se livrar do chicote. Salvou-o o Marechal Isidoro Fernandes de Oliveira, que presenciou tal encontro e agarrou-se com o autor para evitar que este castigasse rigorosamente o miserável. (FRANCISCO, 2019, p. 169)

Ou seja, o somatório de eventos e fatos, ainda que em narrativas parciais em face das fontes estarem sempre comprometidas com os ideais de uma ou outra das facções, confere satisfatório nível de confiabilidade ao texto de Sánchez.

Ademais, em relação a outras lideranças e caudilhos da época encontraremos similares narrativas quanto às práticas adotadas, sobretudo no trato aos adversários/inimigos, ou mesmo na busca da disciplina das tropas.

6. Conceitos-chaves e lógica

Os conceitos-chave operacionalizados por Sánchez são, em essência, civilização e barbárie, noções então recorrentes nas reflexões e projetos políticos da região desde que argentino Domingo Faustino Sarmiento (posteriormente presidente daquele país) publicou, em 1845, a obra *Facundo: Civilização e Barbárie* (em espanhol da época, o título original e completo é: *Civilización i barbarie. Vida de Juan Facundo Quiroga. Aspecto físico, costumbres i abitos de la República Argentina*).

O dilema, a dicotomia, civilização-barbárie consagra a oposição entre cidade e pampa rural, a expectativa de modernização, que deve seguir os padrões europeus (hábitos, instituições, formas de ser e agir etc...) em superação daqueles até então vigentes, sobretudo no contexto do interior pampeano.

Para o caso argentino, Sarmiento afirma que “os progressos da civilização se acumulam somente em Buenos Aires: o pampa é um péssimo condutor para leva-la e distribuí-la nas províncias” (2018, p. 52).

A barbárie encarnada, na narrativa de Sarmiento, é Juan Facundo Quiroga (1788 – 1835), caudilho da província de *La Rioja*:

(...) não conheceu sujeição de nenhum gênero; sua cólera era a das feras: as melenas de seus enegrecidos e encrespados cabelos caía sobre sua testa e seus olhos em mechas, como as serpentes da cabeça de Medusa; sua voz se enrouquecia e seus olhares se convertiam em punhaladas. Dominado pela cólera, matava a patadas (...). (2018, p. 113)

Também a encarna o caudilho Juan Manuel de Rosas (1793 – 1877), que na época da publicação da obra se encontra no poder, como Governador de *Buenos Aires*, e ao qual se opõe Sarmiento. O caudilho oriental (uruguaio) José Gervásio Artigas (1764 – 1850) é outro exemplo de barbárie citado.

A configuração da barbárie, sobretudo como obstáculo à civilização, dá-se, então, na reunião do modo de vida rural pampeano (ainda significativamente sustentado pela exploração rudimentar dos rebanhos bovinos) com a emergência de maus caudilhos, os quais retroalimentam a configuração da barbárie.

Sánchez, assim como outros intelectuais de sua época, está engajado na defesa da modernização/civilização da região, na “necessidade de europeizar o país em detrimento da influência dos onipotentes caudilhos rurais” (ROCCA, 2021, s.p.). E João Francisco, como também uma encarnação do mau caudilho e da barbárie, foi aquele que Sánchez teve a oportunidade de descrever e denunciar. Tanto o é, que seu parágrafo final assim sentencia: “O que é inegável, como a afronta que para a cultura americana representa sua atuação no Rio Grande, é que enquanto lhe deixam asas, subsistirá com ele [João Francisco] um grande perigo para a civilização” (SÁNCHEZ, 2022, p. 36)

Mas o dilema da civilização e da barbárie também se apresenta ao longo do texto.

Já no primeiro parágrafo Sánchez menciona os “hábitos regressivos que florescem” nas regiões das quais estará tratando (o interior, a

fronteira, a campanha, o Pampa). Em sequência, menciona o atraso e a incultura da parte compreendida entre os municípios de Sant’Ana e Uruguaiana, o que permite que a autoridade seja exercida pelo “mais forte e bárbaro”. Não obstante reconheça que a região estava “evoluindo progressivamente”, sustenta que a Revolução de 1893 e seus três anos de guerra: “demoliram toda obra de progresso deixando a semente regressiva da antropofagia política”, o que volta a afirmar quando trata do tema das revoluções.

E se retomamos os elementos caracterizadores das sensibilidades bárbaras, como elencados por Barrán (2015, p. 12) – excessos no jogo e no ócio; excessos na sexualidade e na violência; a exibição não respeitosa da morte; e, a desordem dos instintos – os encontramos quase todos, de forma mais ou menos explícita, nas narrativas de Sánchez.

Paradoxal, é que em relação a alguns desses elementos – o excesso no jogo, em especial – João Francisco é apresentado, ainda que de forma implícita, como um fator de normalização civilizatória, pois que a tal vício se opõe de forma contundente.

Quanto à estrutura e lógica do texto Sánchez, como já mencionamos, é explícito em registrar que o desenvolve de “forma que entende menos monótona: a forma episódica e anedótica” (SÁNCHEZ, 2022, p. 17), bem como que: fará “crônica, que pareceria novela acaso não existisse na história do caudilhismo criminal americano um documento tão genial como o Facundo de Sarmiento” (SÁNCHEZ, 2022, p. 18).

Tais referências e delimitações a gêneros literários permitem que Sánchez afirme a perspectiva de credibilidade/veracidade dos relatos – faz crônica, que pareceria novela, caso a obra Facundo não lhe estivesse também a contribuir como uma documentação daquilo que é crível –, bem como que transite e estruture a narrativa de forma menos rígida e/ou linear (talvez, então, menos monótona, como sugere). Pode Sánchez pinçar episódios e os tratar ao modo anedótico na oportunidade de cada campo temático que seus subtítulos indicam.

Por ser crônica – “a literatura do jornal. O jornalismo da literatura” (TÁVOLA, Artur da *apud* COSTA, 2008, p. 1560) – Sánchez se permite a opinião, o julgamento, sem que lhe seja demandado o rigor científico, pois, como consigna: “viveu longo tempo naquelas regiões; conviveu com seus homens e observou os costumes, de modo que se con-

sidera habilitado para tratar sobre o tema, ao menos com sinceridade” (SÁNCHEZ, 2022, p. 17).

Quais são suas conclusões?

Em diferentes passagens Sánchez emite juízos negativos, quando não mordazes, em relação a João Francisco. Considera-o voluptuoso em relação ao tétrico, persecutório e cruel com seus desafetos, dotado de um olhar “de alguma fabulosa ave de rapina (...) (...) Se diria que olha com o fio de um facão” (SÁNCHEZ, 2022, p. 29).

Também o deprecia, referindo-se ao caudilho como: “Um gauchinho astuto, ladrão, oficial de preboste, justiça de partido, tropeiro de votos eleitorais, contrabandista, chefe de gavilha” (SÁNCHEZ, 2022, p. 29). Não obstante, coloca-o na condição de um senhor feudal; um deus intocável.

Em contrapontos, Sánchez concede “a João Francisco Pereira de Souza, a atenuante de certos atrativos físicos e morais” (2022, p. 28). Descreve sua fisionomia a partir de características agradáveis, destaca a “correta desenvoltura de modos, a força e a pulcritude da dicção” (2022, p. 29), bem como sua cultura geral e militar, em níveis que o habilitam ao desenvolvimento de táticas e estratégias vitoriosas nos campos de batalha e se somam a sua audácia e coragem.

Ainda que Sánchez, já nos primeiros parágrafos de seu texto afirma que João Francisco “é um simples resultado do ambiente em que atua, encarna os sentimentos, as paixões e as modalidades do meio” (2022, p. 17), é uma ambivalência personificada que apresenta; a ambivalência barbárie-civilização.

E o próprio cronista assume a ambiguidade nas suas considerações finais. Pergunta-se, acerca de João Francisco: “O que aspira? Quais são seus projetos? É um voluptuoso, um refinado cultor da morte, simplesmente? (2022, p. 36). E responde: “Estamos sem informação a este respeito. Nada conseguimos adivinhar. (...) (...) tudo cabe no terreno das conjectura” (2022, p. 36).

Em suas ansiedades e conjecturas, Sánchez se resolve pela defesa de um dos polos da ambivalência barbárie-civilização, pois sentencia: “O que é inegável, como a afronta que para a cultura americana representa sua atuação no Rio Grande, é que enquanto lhe deixam asas, subsistirá com ele [João Francisco] um grande perigo para a civilização” (2022, p. 36).

7. Considerações finais

Reconhecer a natureza e o valor do texto *O caudilhismo criminal na América do Sul* como um documento, resgatando-o da condição de inusitado e passional escrito de um dramaturgo em formação (curiosidade marginal da trajetória literária de “um periodista metido a guerreiro”) abre um campo e uma agenda de possibilidades em relação as abordagens históricas e sócio-históricas da violência, do crime e da punição neste subcontinente americano.

Ainda que seja necessário reconhecer em João Francisco Pereira de Souza um personagem ímpar da história, reforçamos nossa compreensão de que acaso Sánchez tivesse a oportunidade de conviver com outros caudilhos da região sua crônica incluiria diferentes narrativas anedóticas e episódicas, mas não se distanciaria no explicitar o essencial: a ambivalência barbárie-civilização.

Também não se distanciaria do fascínio que produz o sonho da pureza, de civilização, da ordem que se controla para evitar os fluxos ordem-desordem-reorganização, fazendo com que os “grandes crimes, frequentemente, part[a]m de grandes idéias” (BAUMAN, 1998, p. 13).

Mas é o par barbárie-civilização que caracteriza o subcontinente sul-americano e, em especial, a região do Rio da Prata. Num continente mestiço (KUSCH, 2007) emerge como característica, dilema e paradoxo.

E para Rodolfo Kusch (filósofo e antropólogo argentino que também merece ser melhor conhecido e utilizado pelos brasileiros), ainda que o caudilho americano encarne as dimensões da barbárie, é na sedução da barbárie – “sedução do verdadeiro, do que vive” (LOJO, 1992, p. 419) – e não na da ficção da civilização que se pode encontrar uma chave de compreensão das identidades e peculiaridades americanas: “Esta sedução não é o que causa o pecado, mas sim o que o redime: não é a mentira, mas sim o que anula, com argumentos da verdade mais incontestável, a grande ficção da cidade americana *ad usum Europae*” (LOJO, 1992, p. 418).

Kusch, contudo, como observa María Rosa Lojo:

(...) não encara os problemas colocados pela negatividade violenta e destrutiva que o caudilho encarna, nem tampouco expõe em forma convincente de que maneira, da vegetalidade americana, da barbárie americana, surgirá uma nova identidade cultural: introduz ou arranha, enfim, mais problemas do que desenvolve. (1992, p. 419)

Mas, como já destacou Pierre Bourdieu (1983, p. 75), por vezes mais importante do que dar lições é dar ferramentas.

A revitalização do texto de Sánchez produz o destaque do par barbárie-civilização. Enfrenta-lo, não com viés ideológico da superação de um polo em relação ao outro, mas, como chave e ferramenta hermenêutica para os estudos sobre violência, crime e punição nesta região, é uma potência epistemológica que aqui entendemos mais importante.

8. Referências:

- AVILA, Ney Eduardo Possapp d'. **Degola e Degoladores no Rio Grande do Sul. 1889-1930**. Porto Alegre: Edigal, 2012.
- AXT, Gunter. Ordem e terror limite: a cidadela do Cati na fronteira do Brasil com o Uruguai, entre 1896 e 1909. **Cadernos do Lepaarq**, v. XVIII, n.35, p. 57-81, Jan-Jun. 2021.
- BARRÁN, José Pedro. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay**. Montevideu: La Banda Oriental, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. **Os crimes da ditadura: a história contata pelo dragão**. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial, 2002.

- CAGGIANI, Ivo. **João Francisco – A Hiena do Cati**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CORTESÃO, Jaime. O território de Colônia do Sacramento e a formação dos Estados Platinos. **Revista de História**, 17, 1954.
- COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (dispositivo Kindle)
- DOVIO, Mariana Angela. La noción de la “mala vida” en la Revista Archivos de Psiquiatría, Criminología, Medicina Legal y Ciencias Afines, Buenos Aires (1902-1913) en relación al Higienismo argentino. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2012.
- FRANCISCO, General João. **A revolução de noventa e três**. 3.ed., Porto Alegre: Edigal, 2019.
- GNUTZMANN, Rita. **Apunte biográfico**. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/portales/florencio_sanchez/autor_apunte/ . Acessado em 14 dez. 2021.
- IZECKSOHN, Vitor. O processo de formação dos Estados no Rio da Prata: comércio, navegação e guerra, 1810-1864. **Cadernos do CHDD**, Brasília, IV (Número Especial), 2005, pp. 89-105.
- KUSCH, Rodolfo. La seducción de la barbarie. In: KUSCH, Rodolfo. **Rodolfo Kusch: obras completas**. Rosario: Fundación A. Ross, 2007, pp. 1-131.
- LIMA, José Carvalho. **Narrativas Militares: a revolução do Rio Grande do Sul**. 3.ed., Porto Alegre: Edigal, 2014.
- LOJO, María Rosa. H.A. Murena y Rodolfo Kusch: “Barbarie” como seducción o pecado. **Anales de Literatura Hispanoamericana**, V. 21, 1992, pp. 415-420
- MARIÁTEGUI, Javier. Prensa psiquiatrica latino-americana. **Revista de Neuro-Psiquiatria**. V. 63, N. 3-4, 2000, pp. 138-152.
- MOURA, Euclides B. de.. **O vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.
- PALERMO, Eduardo R.. **Tierra Esclavizada: el norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19**. 2.ed., Montevidéo: Tierra Adentro, 2014.

- PONS, Roberto Ares. **Uruguay en el Siglo XIX: acceso a la modernidad.** Uruguai: Librosur, Nuevo Mundo, 1986.
- ROCCA, Pablo. **Florencio Sánchez y Uruguay: una relación crítica.** Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/florencio-sanchez-y-uruguay-una-relacion-critica/html/dfdde5c8-47a-3-447f-bca9-f8a5c20c5832_2.html#I_0_ Acessado em 15/12/2021.
- SÁNCHEZ, Florencio. **O caudilhismo criminal da América do Sul.** Pelotas: Luiz Antônio Bogo Chies, 2022.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo, o, Civilización y barbarie.** Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2018.
- SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense** (2 volumes). Pelotas: Fructos do Paiz, 2019.
- TURNES, Antonio L.. **Florencio Sánchez, los misterios de su vida, pasión y muerte.** Montevideú: Granada, 2010.

CRONOLOGIAS

Florencio Sánchez

1875 – 17 de janeiro: nasce em *Montevideo*, filho de Olegario Sánchez e Jovita Musante. É o primogênito de 13 filhos do casal, ainda que filho anterior, Elbio, tenha falecido com 15 meses de idade;

Com a família, muda-se para a cidade de *Treinta y Tres*, onde recebem apoio das respectivas famílias, sobretudo do tio paterno, Teófilo Sánchez, proprietário rural de tendência política blanca (*Partido Blanco*).

1882 – Com a família, muda-se para a cidade de *Minas*, na qual realiza sua instrução formal.

1890 – Com apoio de outro tio paterno, José Antonio, obtém seu primeiro emprego como escrevente na Junta Econômico-Administrativa de *Minas*.

1891 – Começa a colaborar com o jornal *La Voz del Pueblo*, de *Minas*.

1892 – Despedido pela Junta Econômico-Administrativa de *Minas*, provavelmente em decorrência das irreverências e críticas em seus textos jornalísticos.

Muda-se para a Argentina e trabalha na Oficina de Estatística e Antropometria de *La Plata*.

1894 – Com o fechamento da Oficina de Estatística e Antropometria em *La Plata*, regressa a *Montevideo*; atua como jornalista em *El Siglo* e *La Razón de Montevideo*.

1897 – Se une ao batalhão *Patria*, do caudilho Aparicio Saravia e participa das batalhas de *Arbolito* e *Cerros Blancos*.

Regressa a *Montevideo* e colabora com os periódicos *La Razón* e *El Nacional*.

Frequenta o Centro Internacional de Estudos Sociais, onde se representam suas obras teatrais *¡Ladrones!* e *Puertas adentro*.

1898 – Atua como Diretor e redator do periódico *El Teléfono*, em *Mercedes*, Uruguai.

Ao final do ano se muda para *Rosario* (Argentina), onde trabalha como redator do periódico *La República*.

1900 – Publica *Cartas de un flojo* no *El País*, de *Buenos Aires*.

1902 – Volta a *Rosario* (Argentina) e ao periódico *La República*, até ser despedido.

Funda, com outros companheiros o diário *La Época*.

Ao fim do ano, regressa a *Buenos Aires*, onde colabora com os periódicos *El Sol*, *La protesta humana*, *Caras y Caretas* e *El País*;

1903 – Publica *El caudillaje criminal en Sudamérica* em *Archivos de Psiquiatria y Criminología* (*Buenos Aires*).

Em 13 de agosto estreia sua obra teatral *M'hijo el doctor*.

Em 25 de setembro se casa com Catalina Raventós. O casal se estabelece em *Buenos Aires*.

1909 – É nomeado pelo governo uruguaio com Comissionado Oficial para informes sobre a Exposição Artística em Roma. Em setembro embarca para Europa e se instala em Milão (Itália).

1910 – Em 2 de novembro é hospitalizado em Milão (Itália) e falece, devido a tuberculose, no dia 7 do mesmo mês.

Fontes:

http://www.cervantesvirtual.com/portales/florencio_sanchez/autor_cronologia/
http://www.cervantesvirtual.com/portales/florencio_sanchez/autor_apunte/

João Francisco Pereira de Souza

1866 – 12 de abril; nasce, no Rincão do Maneco, município de Sant`Ana do Livramento. É o segundo dos dez filhos do casal João Pedro Pereira de Souza e Luisa Pereira de Souza.

1884 – Participa da fundação do Clube Republicano de Sant`Ana do Livramento.

1889 – Faz parte da Comissão Republicana de Livramento e comanda um grupo de homens que esteve pronto para assegurar pelas armas a Proclamação da República, o que acabou não sendo necessário.

1891 – É nomeado tenente da 1ª Companhia do 136º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.

1892 – participa de seu primeiro combate, por ocasião da resistência dos federalistas de Sant`Ana do Livramento à derrubada do “Governicho” e a retomada do poder por Júlio de Castilhos e pelo Partido Republicano Rio-Grandense.

1893 – Engaja-se na Revolução Federalista, no Exército Legalista. É promovido a tenente-coronel do Corpo Explorador, formado por provisórios. Destaca-se na resistência legalista à tomada de Sant`Ana do Livramento. É acusado de ter chefiado bando que invadiu o território uruguaio e assassinou pessoas, inclusive um funcionário aduaneiro.

1894 – Participa da batalha do Passo do Sarandi, na qual o General Isidoro Fernandes, preso pelos maragatos no Rio Negro, foi libertado.

1895 – Comanda o ataque aos federalistas que lutavam sob a chefia do Almirante Saldanha da Gama, na batalha de Campo Osório, quando o Almirante foi morto.

1896 – Ao final da guerra, é nomeado tenente-coronel do 2º Regimento de Cavalaria Provisório, milícia adida à Brigada Militar, e começa a construir o Quartel do Cati.

No final do ano, encontra-se com Aparício Saraiva, então refugiado no Brasil, após o fracasso da revolução que capitaneou no Uruguai.

1904 – Aparício Saraiva é ferido na Batalha de Masoller e é levado para a Estância de Luisa Pereira de Souza, mãe de João Francisco, onde morre.

1905 – João Francisco viaja ao Rio de Janeiro, a convite de Pinheiro Machado, ocasião na qual encontra deputados e senadores, inclusive com Ruy Barbosa, o responsável pela criação da alcunha de *Hiena do Cati*.

1908 – O Regimento do Cati é extinto, no Governo de Carlos Barbosa, sob ordens de Borges de Medeiros. João Francisco não aceita a oferta de incorporação à Brigada Militar e solicita exoneração.

É nomeado subchefe de polícia.

1910 – No contexto de desavenças no seio do Partido Republicano Rio-Grandense, especialmente com a família Flores da Cunha, dois irmãos de João Francisco são assassinados na chamada chacina do Clube Pinheiro Machado. João Francisco vai embora para São Paulo.

1911 – Trabalha em atividades empresariais, especialmente no ramo frigorífico, como sócio do Saladeiro Alto Uruguai.

1915 – Candidata-se a prefeito de Sant’Ana do Livramento. A eleição acaba por não ocorrer, por manobra de Borges de Medeiros, que nomeou intendente provisório.

O caudilhismo criminal na América do Sul

1923 – Publica o livro *Psicologia dos Acontecimentos Políticos Sul Riograndenses*.

1924 – João Francisco reside em São Paulo e toma parte da chamada Revolução Paulista, que visava depor o Presidente Arthur Bernardes. É gravemente ferido e ao cabo parte para o exílio em Buenos Aires/AR.

1930 – Quando eclode a Revolução de 30, regressa do exílio e engaja-se no movimento. É incumbido por Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha a organizar uma Divisão de Cavalaria Ligeira.

1932 – Na Revolução Constitucionalista, luta pelo governo Vargas, novamente organizando Divisão de Cavalaria Ligeira. Na sequência, se tornará crítico de Vargas.

1934 – Publica o livro *Noventa e Três*.

1936 – Por decreto do interventor do Estado, é incorporado à Brigada Militar, no posto de coronel, e transferido à reserva, com direito a vencimentos integrais. A incorporação é revogada no mesmo ano.

1943 – É novamente incorporado à Brigada Militar, em idêntica condição.

1953 – 4 de maio: Falece João Francisco, aos 87 anos, em razão de um colapso cardíaco, em sua residência em São Paulo, capital. Estava ao lado de sua esposa Amália Osório Pereira de Souza, com quem teve quatro filhos e seis filhas.

Fonte:

CAGGIANI, Ivo. *João Francisco – A Hiena do Cati*. 2 ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

ÍNDICES REMISSIVOS*

(*) Os índices remissivos estão organizados em três categorias temáticas, visando favorecer diferentes tipos de pesquisa aos conteúdos e informações constantes nos diferentes textos e elementos desta publicação.

João Francisco Pereira de Souza e Florencio Sánchez são os protagonistas que permeiam diferentes dimensões das escritas que compõe este livro. Por este motivo, não figuram nos índices remissivos, haja vista a densidade de suas presenças nos respectivos textos.

Índice onomástico de personalidades de relevância histórica e/ou contemporâneas ao contexto da obra de Florencio Sánchez

A

Antônio Adolpho da Fontoura Menna Barreto - 23; 48-49; 57; 85.
Antônio Augusto Borges de Medeiros - 34; 61.
Antonio Bachini - 77.
Aparício Saraiva - 61; 64; 75; 77; 96.
Artur Oscar - 48-49.

B

Bernardino Pereira de Souza - 22; 30; 60; 83.

C

Carlos Barbosa Gonçalves - 62.
Carlos Maria da Silva Telles - 56-57; 85.
Claudio Williman González - 61.

D

Domingo Faustino Sarmiento - 18; 40; 85-87

F

Floriano Peixoto - 41; 64.
Francisco Rodrigues Lima - 46.

G

Gumercindo Saraiva - 42; 72.

H

Hipólito Ribeiro - 43; 50.

I

Ildefonso Borges Toledo da Fontoura - 19.
Innocencio Galvão de Queiroz - 59; 83.
Isidoro Fernandes - 46; 85.

J

João José da Luz - 23; 58-59.
Joaquim Elias Amaro - 48-49.
João Nunes da Silva (Joca) Tavares - 59; 72.
José Antônio Flores da Cunha - 50; 60; 62.
José Gervásio Artigas - 74; 86.
José Gomes Pinheiro Machado - 64.
José Ingenieros - 40; 62-63; 66; 76; 79.
Juan Facundo Quiroga - 18; 21; 35; 64; 86.
Juan Francisco Mena - 78.
Juan Idiarte Borda - 75.
Juan Manuel de Rosas - 18; 86.
Júlio Prates de Castilhos - 10; 11; 25; 30; 34; 43-45; 48; 49; 54; 61; 67; 85.

L

Luiz Felipe Saldanha da Gama - 10; 25-27; 46.

M

Manuel (Maneco) Pedroso - 24.
Medardo Gonzales - 30.

P

Pablo Ricciari - 28.

R

Rafael Cabeda - 41; 58; 82; 84.
Rodolpho Costa - 41; 58; 82; 84.
Rufino Varela Ortiz - 22.
Rui Barbosa - 21; 64; 84.

S

Salvador Lourenço de Senna (Tambeiro) - 26.
Silvestre Cardozo - 30.

Índice temático

1ª Companhia do 136º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional - 43.
2º Corpo de Cavalaria Civil - 11; 43 - 44.
2º Regimento de Cavalaria Provisório - 11; 44; 49; 62.

B

Banda Norte do Uruguai - 76.
Banda Oriental - 20; 21.
Barbárie - 65; 73; 83; 84; 85; 86; 88; 89; 90.
Brigada Militar - 44 - 46; 49; 58; 66.

C

Campo Osório (batalha) - 10; 25; 39; 42; 46.
Cati (Acampamento/Quartel do) - 21; 23; 25; 32-33; 41; 44; 50-56; 61-62; 64-65; 84.
Caudilho - 10; 40; 46; 48; 56; 71; 77-78; 80; 82; 84; 86; 89.
Civilização - 24; 36; 73; 84; 85-86; 87-89.
Contrabando - 18; 19; 49; 57; 65; 80.
Corpo de Exploradores - 10; 43.
Corpos Provisórios Civis - 45 - 48; 49.
Criminologia - 40-41; 62-63; 65-66.

D

Degola(s) - 17; 20-22; 24; 27; 30; 41; 48; 49; 59; 65; 75; 81; 82; 83.
Diplomacia marginal - 61.
Documento (análise documental) - 72.

E

Economia ganadeira - 73.
Etnografia (escrita etnográfica) - 39.

G

Gaúcho “malo” - 40.

H

Hiena do Cati - 21; 64; 84.

L

Literatura sul-rio-grandense - 54; 55; 58; 66.
Leva - 22; 32, 57.
Lombroso (Cesare, ideias de) - 63.

M

Milicos (soldados do Quartel do Cati) - 32; 54.
Modernização - 64; 73; 75; 85; 86.

O

Oficina de Estatística e Antropometria - 40; 76; 95.

Q

Quaraí (rio / município) - 22; 25; 32; 41; 44; 49; 50; 59.

R

Revolução das Degolas - 75.
Revolução de 1893 / Revolução Federalista - 9; 10; 18; 24; 42; 43; 45; 46; 58; 75; 82.
Revolução de 1897 - 75; 77.
Revolução Farroupilha - 74.
Rio Negro (degolas do) - 24.
Rivera - 9; 18; 27; 41; 58; 71.

S

Sacramento (Colônia de; Território de) - 72.
Sant’Ana do Livramento - 9; 10; 11; 18; 19; 41; 71; 81; 87.
Sensibilidades bárbaras - 73; 80; 82; 87.

Índice onomástico de referenciais bibliográficos

A

ASSIS CINTRA, Francisco de - 41.
AXT, Gunter - 41; 42; 44; 46; 47; 48; 49;
50; 56; 58; 59; 60; 61; 62; 64; 79; 81.
AYÇAGUER, Ana Maria Rodriguez -
60; 61.

B

BARRÁN, José Pedro - 73; 87.
BAUMAN, Zygmunt - 89.
BLOCH, Marc - 43.
BOURDIEU, Pierre - 13; 66; 90.

C

CABEDA, Corálio - 41.
CABEDA, Rafael - 41; 50; 58; 82; 84.
CAGGIANI, Ivo - 42; 43; 44; 50; 51; 52;
53; 54; 56; 57; 60; 61; 62; 64; 67; 81; 82;
83.
CELLARD, André - 72.
CHIES, Luiz Antônio Bogo - 40; 46; 62;
66.
COELHO NETTO, Henrique Maximiano
- 51; 53.
CORTESÃO, Jaime - 72.
COSTA, Rodolpho - 41; 58; 82; 84.
COSTA, Sérgio Roberto - 79; 87.
CUNHA, Euclides da - 39; 40; 42.

D

D'AVILA, Ney Eduardo Possapp - 82.
DARMON, Pierre - 63.
DOVIO, Mariana Angela - 79.

E

ESTEBAN, Fernando García - 75; 77.

F

FELDE, Alberto Zum - 77.
FERREIRA, Filho, Arthur - 47.
FRANCISCO, General João - 42; 49; 84;
85.

G

GNUTZMANN, Rita - 76; 77; 78; 80.

H

HASSLOCHER, Germano - 64.

I

IZECKSOHN, Vitor - 74.

J

JACQUES, Alfredo - 48.

K

KARNIKOWSKI, Romeu - 45; 67.
KUSCH, Rodolfo - 89.

L

LEAL, Ondina Fachel - 46; 60.
LEMOS BRITTO, José Gabriel de - 40;
41.
LIMA, José Carvalho - 83.
LOJO, María Rosa - 89; 90.
LYRA, Roberto - 40.

M

MACHADO, Dyonelio - 55; 58; 66.
MACIEL, Érico - 57; 80; 81; 82.
MARIANTE, Hélio Moro - 45.
MARIÁTEGUI, Javier - 79.
MARTINS, Cyro - 54.

Índices remissivos

M (cont.)

MELLO, Frederico Pernambucano de - 45.
MILLS, Charles Wrigth, - 13.
MOURA, Euclides B. de. - 82.

P

PALERMO, Eduardo R. - 76.
PINTO, Paulo Brossard de Souza - 48.
PEREIRA, Maristela Silva - 47; 48.
PONS, Roberto Ares - 75.

R

ROCCA, Pablo - 80; 86.

S

SÁNCHEZ, Florencio - 62; 86; 87; 88.
SARMIENTO, Domingo Faustino - 86.
SCHLEE, Aldyr Garcia - 10; 32; 71; 73.
SEELIG, Ricardo - 41.

T

TÁVOLA, Artur da - 87.
TURNES, Antonio L. - 75; 77; 78.

U

ULRICH, Arthur Lara - 42; 52.

Sobre os autores/comentadores e tradutores:

Luiz Antônio Bogo Chies

Professor Adjunto da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais - Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Pesquisador nas áreas de Sociologia Jurídica, questão penitenciária, acesso à justiça e políticas públicas de segurança.

Marcelo Mayora Alves

Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus Sant`Ana do Livramento. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisador nas áreas da Criminologia, história das ciências criminais e das práticas punitivas no Brasil e política criminal de drogas.

Mirenu Maitena dos Santos Rivas

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus Sant`Ana do Livramento. Pós-graduanda *Lato Sensu* em Direito Penal e Criminologia pelo Introcrim/CEI. Advogada em Madaleno Advogados Associados. Pesquisadora nas áreas de Criminologia, sistema prisional e violência de gênero.





O que aspira?
Quais são seus projetos?
É um voluptuoso,
um refinado cultor da morte, simplesmente?
(Florencio Sánchez)

Adentro e Através



Slow Science
Artesanato Intelectual
BogoChies Editor
<https://bogochies.wixsite.com/meusite>

ISBN 978-65-00-39245-6